



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 23 DE OUTUBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública do ano 2017. É a quarta audiência pública referente ao Orçamento 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios Online.

Publicação no Diário Oficial da cidade de São Paulo, nos dias 10, 11, 14, 18, 19 e 20 de 10/2017; duas publicações em jornais de grande circulação – *Estado de São Paulo*, 19/10/2017 e *Folha de São Paulo*, em 20/10/2017 – do projeto de lei do orçamento, assim como o calendário de todas as audiências públicas desta comissão sobre esse assunto, também estão disponíveis no site da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência pública tem como objeto debater os seguintes projetos: PLs 686/2017, do Executivo, que estima receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2018; 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2018/2021, o PPA.

No decorrer dessa audiência pública, hoje o tema saúde, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Hospital do Servidor Público e Serviço Funerário do Município de São Paulo. No decorrer desta audiência pública, eu vou informando o calendário das demais audiências.

Convidado o Secretário Municipal da Fazenda, Sr Caio Megale, que manda como representante a Sra. Giullia Puttomatti, Secretária-Adjunta da Secretaria da Fazenda. Está presente? (Pausa) Está a caminho. Então vamos aguardar. Foram convidados também o Secretário Municipal da Saúde, Sr. Wilson Modesto Pollara, neste ato representando pelo Sr. Daniel Simões, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; a Superintendente do Serviço Funerário, a Sra. Marcia Mendes; o Superintende do Hospital do Servidor Público Municipal, Sr. Antônio Célio Camargo Moreno.

Srs. Vereadores desta Edilidade, anuncio que temos como Relator-Geral do

Orçamento o Vereador Ricardo Nunes; o Relator para o PPA – Plano Plurianual –, Vereador Atílio Francisco; Subprefeitura-relator para pasta da Cultura, Vereador Zé Turin; Srs. Vereadores desta Edilidade convidados e público em geral.

Vamos iniciar com a exposição da Secretaria da Saúde, a ser feita pelo Sr. Daniel.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu anunciei os dois projetos, tanto o do Orçamento como o do Plano Plurianual.

Fazer um registro: que, sem demérito a vocês, que aqui vêm representar com muita autoridade, os secretários não estão muito dispostos a participar das audiências públicas, não.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Agenda com o Prefeito? É, mas o Prefeito está com muita agenda, porque no sábado os Vereadores não podiam ir porque tinha agenda com o Prefeito. Então fico feliz porque o Prefeito está ficando na cidade de São Paulo, então, porque no sábado ele se encontrava aqui. Região Oeste, audiência descentralizada, que tanto pedem para fazer, de quatro subprefeitos, um presente. Audiência pública regional da Leste: 10 subprefeitos convidados, absolutamente nenhum presente. Então estamos dando azar nesse aspecto. O Prefeito está ficando na cidade de São Paulo exatamente nos dias em que a gente marcou as audiências públicas. Vamos tentar compatibilizar a agenda com a do Prefeito.

Desculpem o desabafo, mas essa comissão tem feita uma tarefa árdua para fechar um calendário, para compatibilizar. E nós percebemos que as associações, os sindicatos, estão reclamando, com razão, de que nós conseguimos publicar no Diário Oficial, a partir do dia 10, e nós conseguimos duas publicações nos dias 17 e 18. Evidentemente, tem razão em dizer que as autoridades não estejam atentos a isso. Ou seja, as associações, os sindicatos e os munícipes fazem um esforço para estar presentes, as autoridades não fazem. Repito que é sem demérito algum aos representantes para cá encaminhados.

Vamos iniciar a exposição.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Bom dia a todos. Vereador Jair, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes, autoridades, munícipes e outros funcionários da Secretaria.

Vamos dar início à apresentação do projeto de lei orçamentário anual de 2018, e algumas observações valem a pena...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretário, só uma observação?

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A gente tem adotado uma regra: que, já na exposição, as inscrições já se fazem abertas, para que os munícipes já irem se escrevendo. Desculpe.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Tudo bem.

Vamos passar para o próximo *slide*, e aí a gente já tem uma explicação e algumas observações a fazer nesse contexto.

O que temos nesse *slide* que os senhores estão vendo é o projeto de lei orçamentário anual de 2017 e seus recursos, tanto do Fundo Municipal quanto da Autarquia quanto do Hospital do Servidor Público Municipal e os totais na última coluna. E aqui se observa um fenômeno que merece uma explicação. O valor do projeto de lei orçamentário anual de 2017, figurando como maior do que o de 2018. Então vamos tentar entender isso, porque é importante que o munícipe, que o cidadão, que a Câmara compreenda esse fenômeno.

Aquilo que foi estimado em 2016 para 2017 foi superestimado. Nós, por diversas vezes, falamos sobre esse assunto aqui na Câmara, tanto eu quanto o Secretário estivemos aqui falando sobre esse fenômeno que aconteceu em 2016. Quer dizer, houve uma estimativa a maior daquilo que foi executado, ou que está sendo executado este ano. As razões pelas quais essa estimativa foi a maior eu acho que não vale a pena detalhar, mas o fato é que se estimou a mais do que se realizou, ou do que se está realizando. Então o executado de 2017

será menor do que o estimado na peça orçamentária. Então não vamos executar 10.08 bi, nós vamos executar menos do que isso. O Orçamento de 2018, feito agora, em 2017, está muito mais real. Então o que estamos estimando é, de fato, o que pretendemos gastar com todos os componentes e variáveis necessários para a composição desse valor.

Essa diferença que os senhores enxergam, de 2017 para 2018, que é de 1,78%, quando se trata de execução, ela não existe. Então não significa que nós gastamos mais em 2017 do que gastaremos em 2018. Na verdade, nós teremos um gasto muito semelhante ao de 2017. E aí pode haver a seguinte pergunta: “Puxa vida, mas você vai gastar mais ou menos a mesma coisa, sendo que há um aumento não atual de preços, etc. e tal? Onde está a mágica disso?” Não tem mágica, gente, isso é ganho de eficiência. Nós tivemos um ganho de eficiência na execução do orçamento por conta de uma série de medidas que foram tomadas, seja na renegociação de contratos, seja na redução de cargos em comissão, e tantas outras ações que foram tomadas no ano de 2017 para contenção de despesas desnecessárias, ou aquilo que não precisava estar sendo gasto. Claro que isso não tem impacto assistencial, mas tem impacto no orçamento, na execução orçamentária. Feita essa observação, eu acho que podemos continuar. E mais uma vez, quero deixar bem claro que essa diferença entre 2017 e 2018 não significa, repito, que gastaremos menos em 2018. É importante fazer essa observação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Convido para integrar a Mesa o Superintendente do Hospital do Servidor e a Dra. Tânia, da Autarquia Municipal. O Hamed (?) já está conosco aqui.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Bom, vamos passar para o próximo *slide*.

Nesse *slide*, temos o orçamento dividido por atividade e por fonte. Então tem todas as fontes de financiamento e, depois, a divisão, nas colunas, do que é fundo municipal, o que é autarquia e o que o Hospital do Servidor Público; e, na última coluna, um total. Então temos a

Fonte 00, o fundo municipal, obviamente respondendo pela maior parte do recurso – Fonte 00 é Tesouro –; a Fonte 01, que é financiamento interno, por atividade, e que está zerada nesse caso; a Fonte 02, que é recurso federal, onde o fundo municipal recebe também a maior parte dos recursos; a Fonte 03, que é o estado, em que o fundo municipal recebe quase 47 milhões de reais. A Fonte 06, que é receita própria, aqui esta multas de Covisa, entre outras receitas próprias, desculpa, receita própria aqui é hospital, acho que é isso, não é Tânia? Fonte 06? É, é isso aí. A Fonte 08 é que é receita própria de multas e de Covisa, etecetera e tal, e a Fonte 10, que é do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, que são receitas externas. Então, essa é a composição do Orçamento da atividade por Fonte.

Pode seguir. Agora, por projeto, então temos as mesmas Fontes, o Fundo Municipal recebendo a maior parte dos recursos. Aqui vamos observar que quando se fala em projetos de investimento, 2018 vai ter uma *performance*, um desempenho, bem melhor do que teve em 2017. Todos sabem que por conta do contingenciamento, da redução dos repasses, inclusive do Governo Federal aos municípios, a Rubrica Investimentos foi reduzida em relação ao que se estimou em 2016. Então, isso se explica a partir do momento que estamos passando, vivendo um momento de crise e o investimento realmente em 2017 foi menor do que o que foi previsto em 2016.

Para 2018, esse investimento pretende ser, na Peça Orçamentária, quatro vezes maior do que foi em 2017. Então, nós gastamos, investimos em 2017 em torno de cem milhões de reais, vamos investir até o final do exercício e a perspectiva é que se invista quase 400 milhões de reais em 2018. Nós vamos ver um *slide* que mostra isso com um pouquinho mais de detalhe.

Pode passar. E agora, o detalhamento por órgão ou Fonte. Então, nós temos lá o Fundo Municipal de Saúde respondendo por 82% do Orçamento total; Tesouro, Fontes Federal, Estadual, Projetos, Financiamento Externo e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social. O que é isso gente? Faz parte do Programa de Desestatização. A autarquia e o

Hospital do Servidor Público Municipal, cada um na última coluna respondendo por um percentual da composição do Orçamento total, como vocês podem observar, perfazendo ao final, 9,9 bi ou 100% do Orçamento.

Pode seguir. Esse é o detalhamento por atividade. Então, o *slide* anterior – volta um pouco, só para a gente explicar melhor isso. Esse *slide* representa o Orçamento total. Esse Orçamento total é composto pelo orçamento das atividades e pelo orçamento dos projetos.

Então, o próximo *slide* – pode passar – diz respeito ao Orçamento das atividades. Por isso que o valor total é um pouquinho menor, 9,482. Vocês estão vendo na última linha, na coluna do meio. Então, essa é a composição do Orçamento por atividades.

No próximo *slide*, pode passar, a gente tem a composição do Orçamento por projeto. Aqui estão os investimentos, as obras e aquilo que eu falei para vocês, que os investimentos para 2018 são na ordem de quatro vezes o mesmo recurso utilizado em 2017 para investimentos e obras.

Pode seguir. Então, aqui nós temos as principais contas. Como é que está composto o Orçamento? Quais são as principais despesas que temos no Orçamento e aí falando de 2018? Aqui vocês observam o valor investido em organizações sociais, tanto de Fonte Tesouro 000, quanto de Fonte Federal, quanto de Fonte Estadual, na ordem de 3,76 bilhões de reais.

Próximo.

Aqui nós temos os recursos destinados a material médico-hospitalar e a medicamentos, também nas principais fontes, Tesouro, Estado e Governo Federal, perfazendo, em 2018, um valor na ordem de 500 milhões de reais.

Próximo.

Este *slide* mostra a nossa despesa com pessoal e auxílios, 2017 para 2018. Essa pequena diferença que vocês observam diz respeito, obviamente, a medidas que foram tomadas para contenção, por exemplo, dos cargos em comissão, que nós reduzimos em 30%.

Isso acaba refletindo, obviamente, no Orçamento de 2018.

Próximo.

Aqui vocês veem um quadro mostrando os recursos utilizados no projeto de lei orçamentário anual de 2018 para investimento. Então, na coluna tem o de 2017 inicial, que era de 364 milhões de reais; o executado, que, ao final do ano, será na ordem de 105 milhões de reais, ou seja, um pouquinho menos de um terço do que foi estimado inicialmente, por razões que a gente já conhece, e 2018 o Orçamento previsto de 418 milhões de reais, o que mostra um crescimento bastante significativo para o próximo ano.

O próximo slide vai mostrar um financiamento externo. Existe um projeto de obtenção desse financiamento, um projeto que já está bastante avançado do ponto de vista técnico, que prevê algumas atividades que dizem respeito à construção de UPAs; à capacitação, formação e implantação de classificação de risco em diversas unidades de saúde, especialmente pronto atendimento; a alguns recursos destinados à consultoria e assessoria técnica; ao repositório eletrônico da saúde e a equipamentos para esse repositório; a prontuário eletrônico; a sistema logístico; à estrutura de centro de cuidados integrados, e à formação e capacitação de gestores e auditoria. Então, são algumas das funções que estão no projeto de financiamento externo da Prefeitura de São Paulo para 2018.

O outro *slide* trata do Fundo de Desenvolvimento Social e, portanto, faz parte do Programa de Desestatização. Isso é o que se pretende utilizar na saúde, algo na ordem de 160 milhões de reais e distribuídos dessa forma. Quer dizer, investimentos em sistemas de informação e comunicação; construção de Unidade de Referência de Saúde do Idoso; de CER; de CAPS; de Residência Terapêutica; de Unidade de Acolhimento; de Unidades Básicas; de hospitais, tanto ampliação como reforma; de UPAs, e do próprio Hospital do Servidor Público Municipal.

O próximo *slide* mostra, na fonte federal, o que se pretende investir em termos de projetos, como construção de CER; de CAPS; reforma e ampliação de UBS; reforma e



ampliação de hospitais e UPAs, e outros.

O próximo *slide* é o que se pretende investir em projetos, agora com fontes do Tesouro Municipal, como construção de UPAs; construção do Hospital da Brasilândia; reforma e adequação de UPAs, e modernização dos prontos-socorros dos hospitais.

Esse é o projeto de lei que propõe o que será gasto em 2018 e que tramita nesta Casa. Claro que todas as dúvidas e perguntas poderão ser feitas num momento oportuno.

Agora quero aproveitar o momento para falar um pouco sobre o que se pretende para 2018, porque os números são frios, ou seja, estão dispostos, mas não necessariamente representam ou nos trazem uma imagem do que vai ser feito em 2018. E o que vai ser feito nos próximos três anos de governo dependerá muito de qual problema vamos enfrentar, porque os problemas que enfrentamos são crônicos, o que impede que a assistência evolua da maneira como gostaríamos. Por isso, é muito importante compreendermos que São Paulo tem uma estrutura de equipamentos extremamente complexos e grandes.

De fato, precisamos de inteligência, de tecnologia e de muito investimento para conseguir atingir o objetivo de entregar uma saúde mais digna para a população.

O Secretário Wilson Pollara tem repetido que o problema da saúde pública no nível municipal não é necessariamente falta de dinheiro e sim de gestão, assim como em outras áreas. Defender essa ideia exige uma compreensão bastante ampliada da realidade que estamos vivendo.

Quais os problemas que enfrentamos hoje? São diversos. Como se pode ver no *slide*, estamos passando por um momento de transição demográfica – a população está envelhecendo. Também estamos passando por um momento de transição nutricional – a alimentação do brasileiro está mudando, o que faz com a epidemiologia mude também. Além disso, nosso sistema de saúde é fragmentado, ou seja, as modalidades de atenção não se conversam. Há a atenção básica; a atenção especializada; a urgência e emergência e o hospital. Hoje, não que a integração dessas modalidades não exista, mas é insuficiente.

Precisamos, portanto, integrar melhor essas modalidades de atenção para que possamos atingir resultados melhores.

Como integrar? Com tecnologia. A tecnologia faz muita falta hoje. Há um *deficit* tecnológico muito grande na cidade de São Paulo, mas estamos trabalhando para supri-lo, o que envolve investimento e bastante inteligência para melhorar o modelo e integrar as modalidades de atenção.

Claro que há desigualdades regionais severas; inclusive há quem diga, como o Dr. Pollara, que São Paulo é uma biópsia do Brasil: tem de tudo, desde o mais rico até o mais pobre e às vezes em localidades muito próximas. E essas desigualdades também são bastante importantes e fazem com que tenhamos que tomar providências para atingir o objetivo de melhorar a saúde da população.

Há também um *deficit* de infraestrutura. Quem visita as unidades de saúde percebe que precisamos melhorar muito na questão da infraestrutura, que ainda há muito que fazer, como reformas, ampliações, melhora de mobiliário e equipamentos. Tudo isso é fundamental para que entreguemos para o cidadão uma saúde mais digna.

Há ainda um *deficit* de capacidade técnica e gerencial, que pode ser suprido com investimento em treinamento e capacitação. Imaginem vocês que a Secretaria de Saúde tem 85 mil funcionários, entre os da Administração direta e os da indireta. É necessário que se invista na capacitação desses profissionais, sejam eles das OS, sejam da Administração direta. É importantíssimo que tenhamos esses investimentos. Então esse é um problema que temos de enfrentar.

A integração entre os entes federados também é outro desafio. Estar bem integrado com o Governo do Estado e com o Governo Federal é atributo importante de quem quer melhorar com velocidade. Então essa integração está sendo realizada, é claro que os efeitos de uma integração não são observados no dia seguinte. Mas essa integração tem sido planejada e tem sido realizada em diversos âmbitos da Secretaria de Saúde e de outros

âmbitos de Governo também. Motivo pelo qual é um problema que está sendo encaminhado, mas que é um problema real, existe e se não for tratado dificulta a obtenção de resultados.

Temos um baixo nível de padronização, por exemplo, de protocolo clínico, de diretriz terapêutica. Então quando não há um sistema eficiente de padronização, de conduta assistencial ou mesmo de conduta gerencial incorremos em diversos problemas. Então investir nessa padronização também é um atributo importante.

Por último ali no slide, uma inadequada ocupação de leitos de internação. Às vezes temos paciente complexo ocupando um leito simples e paciente simples ocupando um leito complexo. Quer dizer, essa dificuldade, deficiência que temos no gerenciamento dos leitos muitas vezes gera a falta do leito. Se gerenciássemos melhor esse leito talvez não faltasse leito hoje na cidade de São Paulo, se fosse gerenciado de forma adequada. Para gerenciar bem precisa de capacitação, tecnologia, infraestrutura, ou seja, de tudo aquilo que falamos antes. E é justamente nesse sentido que estamos trabalhando neste momento.

Então que ações mudariam essa realidade. No slide anterior colocamos quais são os problemas que estamos enfrentando e então o que precisamos fazer para conseguir melhorar o desempenho com o orçamento que apresentamos para 2018: foco de desenvolvimento e inovação. Não tem como fugir de inovação, precisamos pensar em formas diferentes de fazer as coisas para obter resultados diferentes. Se fizermos as mesmas coisas vamos ter os mesmos resultados e não é isso que queremos.

Uma conexão em rede. Duas palavras importantes, conexão e rede. Essa conexão em rede é o que vai nos permitir melhorar o desempenho assistencial. Hoje toda a equipe da Secretaria de Saúde liderada pelo Dr. Pollara e pela Dra. Glória, está focada no redesenho da rede assistencial. É uma mudança que visa dar mais eficiência para o modelo, que visa integrar melhor as modalidades de atenção e, portanto, melhorar o desempenho assistencial. Esse é um desafio enorme por causa do tamanho da nossa estrutura. É uma estrutura – mais uma vez – robusta, grande, complexa, cheia de problemas. Então não é fácil propor e executar

mudanças que de fato mudem a realidade.

Investimento em tecnologia para criação de inteligência. Não tem como, sem tecnologia não conseguimos avançar. Investimento em Educação permanente e continuada, sempre, não tem como pensar em melhoria de desempenho sem desenvolvimento de pessoas. Investimento em infraestrutura, tem sim que reformar, que ampliar. Não tem como fugir disso. Temos um déficit nessa área e ele precisa ser suprido.

Articulação interfederativa e interinstitucional para ganho de eficiência. Então tem que articular e estar bem alinhado com o Governo Federal, com o Governo do Estado. Tem que estar alinhado muitas vezes com outras prefeituras do entorno. Afinal, o sistema é bloco regional, então preciso ter combinados com a região metropolitana da cidade de São Paulo. Não adianta pensar só São Paulo. Tenho que pensar São Paulo em região, porque muitas vezes os serviços são compartilhados e precisam ter ganhos de escala, com vem dizendo o nosso Secretário com bastante propriedade.

Por último, parcerias com a sociedade civil para o alcance desses ganhos assistenciais. Então essa parceria com a sociedade civil é fundamental, sem a qual de fato não conseguimos avançar.

Então resolvi trazer, até tenho mais alguns slides aqui, mas prefiro, Vereador, se V.Exa. concordar, que sejamos céleres para dar mais tempo para as pessoas tirarem dúvidas, perguntarem, questionarem o que for necessário. Tenho alguns slides que podemos deixar na manga, caso surjam as perguntas vamos respondendo com base no outro material que trouxemos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário Adjunto, Daniel Simões.

Registramos a presença do Vereador Souza Santos. Peço que tome assento à Mesa.

Temos algumas inscrições. Os representantes da Autarquia, do Serviço Funerário e

da Fazenda fariam depois quando necessário nas respostas. Certamente serão abordados todos os temas aqui. Estamos juntando na audiência a Saúde, o Hospital do Servidor Autarquia Hospitalar e Serviço Funerário. Poderemos então permitir que conforme haja necessidade de resposta cada órgão vá se manifestando.

Anuncio que esta audiência pública trata de Saúde. Hoje à tarde, neste salão, temos audiência temática da Secretaria de Transportes, que envolve o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito, a SPTrans, a CET, a Secretaria de Segurança Urbana, a Câmara Municipal de São Paulo, Fundo da Câmara, Tribunal de Contas do Município, Fundo do Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Justiça e Controladoria Geral do Município.

Dia 28, sábado, temos a 6ª geral e a 3ª regional, das 10 às 13h, audiência regional Sul, no Teatro Paulo Eiró, Av. Adolfo Pinheiro, 765, em Santo Amaro.

Primeira inscrição, Maria Aparecida, Grande Conselho do Idoso. Em seguida, Jocivaldo Pereira.

**A SRA. MARIA APARECIDA** – Bom dia a todos e a todas, a minha pergunta é bem rápida, Vereador. Secretário Adjunto, o projeto 11, Cidade Amiga de Idosos, nas linhas de ações há sérias propostas para implantar em todas as regiões. A pergunta é: existe orçamento para que de fato isso seja concretizado em todas as regiões, porque nesse momento estou no Grande Conselho Municipal do Idoso. Então estou perguntando pelo Grande Conselho, visando todas as regiões da cidade de São Paulo. Existe realmente verba para resolver essa questão do projeto proposto por vocês, Cidade Amiga do Idoso.

Outra questão, não entendi muito bem a questão da fonte 10. Eu queria que o senhor me explicasse um pouco melhor. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Josivaldo Pereira dos Santos, conselho gestor da supervisão técnica da saúde da Penha. Em seguida, o João Batista, do Sindsep.

**O SR. JOSIVALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Bom dia a todos, a Mesa. Gostaria de salientar em relação à construção de URS. O que nos chama a atenção na Penha, na Leste, principalmente, é que a zona Leste, pelo seu tamanho e o grande crescimento da população idosa, nós não temos nenhuma unidade de referência da saúde do idoso. Portanto, pedimos a esta Mesa que inclua no orçamento a construção de URS na Leste. Principalmente nas áreas mais vulneráveis que temos nos distritos e os NCIs também, levar em conta os centros de convivência.

Acho que a população idosa está crescendo e é uma população, principalmente, vulnerável, muitos não têm seus direitos garantidos. Acho que a URS é um equipamento importante no cuidado da saúde do idoso.

Pedimos na Penha a implantação da URS na unidade básica de saúde AMA Vila Silvia, no distrito de Cangaíba. É um distrito vulnerável que temos na Penha.

E chamar a atenção também que temos a URS Itaquera que está pronta, o prédio foi entregue na gestão anterior e falta a questão dos equipamentos de RH. E também a conclusão das demais obras que estão paralisadas. A UPA de São Miguel Paulista que está paralisada, na Penha temos duas unidades paradas, a UBS Vila Guilhermina/Esperança, e a unidade com prédio pronto e sem ter sido sequer os equipamentos e o RH que é UBS Jardim São Nicolau. No caso é um prédio alugado, teve um incidente, caiu o teto da unidade e o prédio encontra-se às traças, um prédio novo. Gostaria da conclusão dessa unidade.

Chamar a atenção que temos grande discussão com os hospitais. O Hospital Alexandre Zaia já entrar na pauta da Secretaria por diversas vezes, mas não sai do papel. Já se gastou não sei quanto para fazer o projeto, o projeto foi aprovado, então, precisamos retomar a questão da construção do Hospital Alexandre Zaia, na Avenida Nhocuné. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Temos a presença do nosso relator geral do orçamento, Vereador Ricardo Nunes, que justificou o atraso. João Batista Gomes, do Sindsep; em seguida o Fábio Siqueira.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Bom dia a todos os presentes, sou João Batista, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo.

Pelo que entendi, e o próprio representante da Secretaria relata, na verdade, a gente olha para o orçamento da saúde, na verdade a marca do orçamento são cortes na área da saúde. Então, acho que é uma conta que não fecha.

Se é necessário ter infraestrutura, se é necessário investir em tecnologia, se é necessário equipar as unidades de saúde, se é necessário formar trabalhadores, se é necessário tudo isso, como é possível se olhar para isso e ver um cenário de redução de custos? É uma conta que não fecha.

Em especial se olharmos do ponto de vista dos servidores, pelo que percebi, há uma queda em torno de 100 milhões de reais quanto à folha de pagamento. Queremos descobrir como vai ser feito isso, uma vez que a autarquia hospitalar, por exemplo, acabou de anunciar um concurso público. Se olharmos as várias áreas da saúde há necessidade de contratação de profissionais. Quer dizer, como é possível ter um corte ao mesmo tempo que se diz necessário ampliar o quadro de funcionários ou a formação, assim por diante.

Mas na contramão disso, o que a gente vê hoje um anúncio da Secretaria da Saúde inclusive de fechamento de unidades de saúde. A gente sempre diz e a maior reclamação do povo de São Paulo e do povo brasileiro, mas vamos pegar o povo de São Paulo, o primeiro problema existente quando é pesquisado é exatamente a saúde pública. E como podemos ver no governo municipal apresentando propostas de corte, inclusive, fechamento de unidades.

Acho que é bem-vinda essa discussão de tecnologia e tal, mas cá entre nós, se a gente pegar a situação hoje, nesse final de semana, a notícia de que o Horto Florestal foi fechado porque está tendo um surto de febre amarela na cidade de São Paulo. E mais, a unidade de referência para dar a vacina da febre amarela é a unidade básica de saúde do Horto Florestal, que dentro do planejamento da Secretaria Municipal da Saúde está previsto o fechamento dessa unidade.

Então, quer dizer, é bastante complicado. O orçamento me parece que é uma peça de ficção. Anteriormente o governo reclamava que havia um superfaturamento, superdimensionamento do orçamento de 2017, do governo anterior, agora, ele diminui o orçamento para fazer uma adequação, mas ao mesmo tempo eles apontam que terá queda de atendimento. Na minha opinião, se você fecha unidade, se reduz na área de manutenção, assim por diante, só pode acontecer isso. Não existe mágica.

E por fim, o senhor diz o seguinte que vai ser criado um fundo de investimento com a questão da desestatização da ordem de 159 milhões de reais. A pergunta que não quer calar, já fizemos essa pergunta ao outro Secretário de Desestatização que diz que vai arrecadar com a desestatização da cidade de São Paulo, afinal, quanto que vai arrecadar se for feita essa desestatização? Porque um fundo de desenvolvimento social com 159 milhões de reais, num orçamento entorno de 50 bilhões de reais, não me parece que é um grande fundo.

Então, acho que é uma situação que demonstra que a prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Saúde apontam caminhos que na verdade não vão na direção do atendimento da população, mas vai em outro caminho, que é muito mais preocupado na peça de ficção, que me refiro, que é esse orçamento, e também nessa cortina de fumaça que tudo se resolve com tecnologia. E desculpem, tudo não se resolve com tecnologia, como esse exemplo que estou dando da febre amarela. Estamos tratando de gente, de pessoas, da população de São Paulo. Então, não dá para falar dessa maneira. E eu sou servidor público municipal há 30 anos e todo governo que chega é isso....

Como esse exemplo que eu estou dando da febre amarela. Isso a gente está tratando de gente, de pessoas, da população de São Paulo, então, não dá para se falar dessa maneira entendeu. Eu sou servidor público municipal há 30 anos e todo o Governo que chega é isso. temos que investir, que colocar computador, e o pessoal da comunidade sabe disso. Vamos fazer o prontuário eletrônico, não sei o quê, mas não é o que acontece. A carteirinha do SUS que tem um código de barra lá, o código de barra não serve para nada Vereador, o código



de barra serve só para falar que tem tecnologia ali na carteirinha do SUS, mas a grosso modo não existe nada. Então, eu acho que concretamente reafirmo isso, é uma peça de ficção e na verdade o que está colocado aqui esconde uma política na verdade de fechamento de unidades que já foi anunciado pelo Secretário. Já foi fechado, e infelizmente, quem vai sofrer vai ser a população de São Paulo. Então essa é a contribuição que a gente quer dar, mas corroborando com o Vereador que a situação do Orçamento é gelada, tem a ver com o clima de São Paulo que só piora a cada dia, mas o Orçamento da Saúde infelizmente não vai dar tempo de aguardar a discussão do serviço funerário, mas também está muito parecido. O que nós precisamos é de mais investimentos, contratação de trabalhadores e o que a gente vê é o Governo apontando para outro caminho, que é a desestatização da cidade de São Paulo, na verdade, não para beneficiar a população, mas outros setores bastante dúbios da cidade de São Paulo, como era aquela empresa de ração humana que nem endereço tinha. Então, é desse modo que o Prefeito e infelizmente a equipe da Secretaria está tratando a população de São Paulo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento em Defesa do Orçamento Participativo.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia munícipes da cidade de São Paulo, bom dia Srs. Vereadores Jair Tatto, Ricardo Nunes, Souza Santos, bom dia representantes da Secretaria Municipal de Saúde, demais órgãos vinculados a higiene e saúde da cidade de São Paulo e especialmente bom dia aos conselheiros, nosso conterrâneos da cidade de São Paulo.

É sempre lamentável discutir aqui a questão importantíssima da saúde. Parece que o Secretário, Dr. Polara, não vê com muita importância porque mais uma vez ele se encontra ausente de uma discussão anual, que é a discussão do Orçamento na esfera do Legislativo. Há 26 dias ocorreu a audiência pública de prestação de contas e curiosamente o Secretário de novo estava ausente.

Então, realmente, a situação e isso já aconteceu em gestões anteriores e o

Secretário Polara esteve ausente em audiência capitais que discutem a sua pasta em São Paulo. Claro que nenhum demérito aos representantes daqui, que discutem com muita legitimidade, mas o responsável político é o Sr. Wilson Polara. Quero fazer uma leitura do *Diário Oficial* de 29/07/17, página 107, é o relatório do tribunal de contas sobre a área da saúde e é impactante verificar que os problemas da saúde encontram raiz nas gestões anteriores de Fernando Haddad e Alexandre Padilha. São três gravíssimas infringências o Tribunal de Contas apontou: não atualização dos equipamentos de imagem no Cadastro Nacional de Saúde; não apresentação de indicadores estabelecidos na lei municipal 14.173/2006, de forma atualizada, e principalmente, não realização de reuniões em 2016 pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, bem como, a ausência de relatórios parciais e anuais de prestação de contas dos contratos de gestão de 2014, 15 e 16.

Agora a gente vê na gestão Doria 3 bilhões e 700 milhões de reais para as OSs. Será que vai acontecer de novo essa caixa preta? Ninguém saber para aonde vai dinheiro bilionário das OSs que até pouco tempo atrás as OSs foram denunciadas severamente por atos bastante irregulares. Então, é importante que essa discussão da OS seja colocada com a sua devida importância e que a população fiscalize, especialmente, o Conselho Municipal de Saúde, Conselho do Idoso, para onde está indo esse dinheiro porque não está melhorando o serviço da cidade de São Paulo, esses bilhões para empresas privadas e cada vez a gente observa o enxugamento da rede de funcionários públicos municipais, na área da saúde, das autarquias, hospital do Servidor Público, entre outros.

Falando em autarquia, a prestação de contas de 30/09 deste ano aponta que a verba reforma e recuperação e adequação de hospitais, uma verba bastante grande, 66 milhões de reais, nada foi executado. Ou seja, para reformar os hospitais das autarquias nenhum dinheiro foi liberado e não estou encontrando essa verba para o Orçamento do ano que vem. Será que realmente não vai ser reformado nenhum dos hospitais, das autarquias? E aqueles antigos projetos do hospital Tatuapé, do Campo Limpo, a reforma vai ficar pendente ad

*eternum*? Então, é importante esclarecer essa questão.

Da dotação da Secretaria de saúde que está no fundo. Qual a razão de uma dotação sem nenhuma transparência, sem nenhum detalhamento? Leio aqui, por exemplo: construção de hospitais, é dotação 1506, 80 milhões de reais. Mas esse hospital é de Parelheiros? É da Vila Brasilândia? Onde está o detalhamento que a Lei Orgânica do município exige? Porque a gestão Doria não cumpre preceito fundamental da Constituição do Município de São Paulo. Vocês têm de dizer qual é a verba para o hospital de Parelheiros, qual a verba para o hospital de Vila Brasilândia, para o hospital Zaio(?), como o Conselheiro citou, que era um projeto de um novo hospital ao lado de (palavras ininteligíveis) um já existente.

Então, observamos a total falta de transparência. Falta de execução orçamentária, a gente vê aqui a Ursi, a conselheira cidadici, a Ursi da Lapa está fechada há dois anos e não acontece nada. A verba para a Ursi são 4,5 milhões de reais e nada executado. Construção de UBSs, 62 milhões, nada executado. A UBS do Jardim Julieta, no Distrito Vila Medeiros está aprovada desde 2012, a gente está em 2017. Será que vai sair essa obra do papel? Será inaugurada?

Por fim quero saber onde serão gastos os 75 milhões previstos para as UPAs. Será que alguma UPA sairá do papel? Quantas UPAs foram feitas nesse ano de 2017 pela gestão João Doria? E os CER, Centro Especializado de Reabilitação, porque nada foi executado no ano de 2017? Em suma essa questão da saúde a gente vê que a gestão Kassab não deu importância, a gestão Haddad, como o próprio relatório do Tribunal de Contas, também não deu e a gestão Doria, em seu primeiro ano, simplesmente não executa a verba para investimento na área da saúde pública. Uma vergonha.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. BRASIL LAERTE** – Meu amigo eu falo aqui o que eu quiser. Vai procurar a sua turma.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O tema é saúde e vamos nos ater aos temas.

**O SR. BRASIL LAERTE** – Seu fanfarrão. É um fanfarrão mesmo.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Sr. Presidente, sou presidente da... Esse som está péssimo, viu, Presidente? Sou da presidente da Confederação Seguros dos Comerciantes e Empreendedores da Cidade de São Paulo – ConSão (?) Paulo Empreendedorismo; e também presidente da Uniglobal Trabalho e Cidades.

A cidade de São Paulo é uma cidade que em 2017 alcançou um PIB de 676 bilhões. Mas esta Comissão não discute, não debate a peça orçamentária e o PIB da cidade de São Paulo. Cerca de 38% são destinados ao Governo do Estado e 13% ao Governo Federal. Um orçamento de 56 bilhões. O Governador de São Paulo, com a marcha que ele implantou aqui, dos 40% que chegam, mais de 250 bilhões, ele desvia 30 bilhões da cidade de São Paulo, rouba dos municípios de São Paulo enquanto faltam políticas públicas para a população. Só esses 30 bilhões dariam para fechar um orçamento de quase 100 bilhões.

Estou dizendo isso porque, na verdade, denunciei o Geraldo Alckmin há 8 anos e também Sérgio Cabral e Aécio Neves, de três Estados. Eles são a meritocracia (*sic*), transformaram os três Estados em capitânicas hereditárias com grau (ininteligível) 100 vezes maior do que aqueles que foram criadas logo após o descobrimento do Brasil.

Vou encurtar minha fala e fazer umas perguntas ao Secretário. Nós fizemos uma pesquisa – sou da Frente Republicana Democrática de Defesa do SUS – Fam Brasil SUS – e nessa investigação faltam médicos com 65% das unidades básicas da cidade de São Paulo e também remédios. Minha pergunta à Secretaria é se com esse orçamento dará em 2018 para sanar essas ações, que quem está pagando hoje são os municípios da cidade de São Paulo.

Outra pergunta. O Hospital de Parelheiros foi uma das reivindicações primordiais da população, hospital que está fechado. Pergunto se será inaugurado para a população este ano.

Outra pergunta. Sou criador do Sistema Único de Saúde no país. Há 19 anos, quando a Assembleia Nacional estava formada no País, participamos da 8ª Conferência

Nacional de Saúde. Eu estava com uma tese com 185 páginas que criava o SUS...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclua, por favor.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Apresentei para os delegados e delegadas (ininteligível) irem para o Congresso defender o Sistema Único de Saúde, quando entrei com uma tese.

Com todo o dinheiro que foi roubado no País até 2017, cerca de 300 bilhões foram do Sistema Único de Saúde. Apresentei à Constituição um sistema único integrado com o esporte, porque a cada 1 dólar que é investido hoje no Brasil economizam-se 4 na saúde.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tempo esgotado.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Então, nessa visão republicana, apresentei o projeto de saúde nas escolas. Uma pergunta também para o Subsecretário: quantos alunos hoje na cidade de São Paulo foram atendidos por esse projeto?

Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Neide Duque, do Conselho Municipal do Idoso.

**A SRA. NEIDE DUQUE** – Bom dia à Mesa, a todos e a todas. A minha solicitação à com referência à URSI, justamente para que haja possibilidade de ser implantada na região do Pari/Olaria, que pertence à Mooca, já que lá há apenas uma unidade, sendo que o contingente de idosos é por volta de 11 mil pessoas, com grande vulnerabilidade. Daí a necessidade de gerontólogos para um cuidado mais especializado com os idosos visando à prevenção de doenças e melhora da saúde dessa população.

Agradeço muito o Relator do projeto e reitero o pedido de que seja incluída no Orçamento desta gestão uma URSI no Pari/Mooca, inclusive podendo ser implantada na própria UBS Pari/Olaria, pois lá há espaço.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sra. Neide.

Tem a palavra o Sr. Alexandre Bomfim, do conselho Municipal de Saúde.

**O SR. ALEXANDRE BONFIM** – Bom dia a todos e a todas. Sou popularmente conhecido como Kiko e faço parte do Conselho Municipal de Saúde pelo segmento dos movimentos populares.

Quero dizer aos senhores que a ausência de muitos conselheiros hoje se deu pelo fechamento de muitas Unidades Básicas de Saúde na cidade de São Paulo. O Daniel, que está aqui representando o Secretário, como é usual, tem estado ausente na Secretaria, não aparece em nenhuma das nossas reuniões do Conselho; sempre manda representantes que estão sempre com pressa, que querem falar e já ir embora.

Hoje está acontecendo lá em Itaquera um ato contra o fechamento de uma Unidade Básica de Saúde. Por isso que o pessoal está todo lá. Por isso, quando dizem que o problema não é falta de dinheiro e sim problema de tecnologia, dá até vontade de rir, porque o Prefeito é gestor e não está conseguiu fazer nada em 11 meses. Acho que já dava para ter criado algum projeto novo nesse tempo, mas não foi criado nada, só houve corte.

É por isto que não conseguimos mais acreditar: porque cada um fala uma coisa. O Daniel até se esforça em querer nos ajudar, mas não tem jeito, estão fechando. Inclusive a UBS da República está fechada desde quando houve a simples queda de um gesso do teto. Fecharam e acharam melhor não abrir mais. E ainda veem nos dizer que não estão fechando nada?

Como hoje está mais vazio aqui, não houve tumulto, acho que não vão ter pressa de ir embora e podem apresentar algo para nós. Mas o que eles querem é tumulto para saírem e não responderem. Por isso, hoje vou ficar aqui até o fim para ouvir o que eles têm para nos dizer, porque as apresentações, com todo o respeito, desculpem, não nos esclareceu nada. Eu, que estou no Conselho, não entendi nada. Eles têm que dizer onde vão investir, em qual região, se em médico, se em UBS. Eles têm que nos esclarecer, porque têm todos os problemas da Cidade mapeados.

A Cidade está um caos. Estão fechando tudo. Faltam remédios, falta tudo. Por que

não esclarecem se vai ser investido na zona Sul ou na zona Leste? A gente precisa saber, pessoal, onde vai ser investido. E ainda vem falar que o problema não é dinheiro, é gestão. E o Prefeito é o quê? Não chega ele ter Secretário que também nunca aparece em nada. É uma vergonha isso, gente. Temos de abrir os olhos. É uma vergonha. A ausência dos conselheiros, como eu disse, é isso, tem de estar correndo porque está fechando tudo e aí chega a Secretaria e eles falam outra coisa, falam que não vai fechar Unidade Básica de Saúde. Então, estamos ficando louco? Estamos vendo tudo acontecer e vamos ficar de braços cruzados? É por isso que está acontecendo o que vai acontecer porque tem muita gente cruzando os braços, não se preocupando com nada.

Quero dizer em nome do Conselho, da comunidade, a gente não vai baixar a cabeça para vocês não. Nós vamos lutar até o final e vocês vão ver o poder dos movimentos populares do Estado de São Paulo.

---

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. O próximo, Sr. Carlos Alberto, da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência.

**O SR. CARLOS ALBERTO** - Meu nome é Carlos Alberto, represento o Movimento Popular Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência. Muito já foi dito e eu queria dialogar com o Dr. Daniel. A gente que está na militância da Saúde, como Conselheiro há muitos, essa fala é recorrente, a sua apresentação falando que é preciso investir em formação, em tecnologia, em gestão, isso é recorrente.

O fato é que na outra ponta - só para exemplificar: o número de pessoas que se tornam deficientes porque o caso agravou de varizes para uma trombose e aí amputa perna, é imenso. Como a gente não é especialista na área de estimativa, eu não consigo apresentar o número, mas o senhor deve saber que é o número grande. Como gestão, sabemos que esse indivíduo que perdeu a perna fica mais caro, inclusive não só para saúde, mas para a sociedade.

Então, a gente precisava saber exatamente é especificamente quanto de leite. Foi

falado Centros de Reabilitação porque a princípio era nível 1, 2 e 3. A ideia é que todos sejam de nível 3. Então, qual é a quantidade de construção? Onde vão ser construídos? Até quando eles serão construídos? Por que isso terá um impacto positivo inclusive na gestão.

Precisamos de mais concretude. A sua primeira fala - e aí de maneira bastante cordial e respeitosa - não deu conta disso. Ela não é concreta, ela joga para frente. Todos nós sabemos que precisa de Tecnologia, de investimento, de formação de profissional. Precisou e sempre vai precisar. Só que aí é a produção de leitos, a produção de vagas.

A questão dos atendimentos específicos, que também foi falado aqui, se o senhor pudesse dar números mais concretos. A questão do atendimento ao idoso, à mulher, a questão das epidemias que estão se dando na Cidade. A minha fala quero centralizar nisto: que a gente pudesse ter da parte da secretaria, do Poder Executivo, que é que é para isso, o Legislativo faz lei, nós, do controle social, estamos fazendo isto, controle social. E os senhores, como Executivo, precisam apresentar algo que nós possamos tocar, algo palpável. Repito de maneira respeitosa na primeira fala não percebemos isso. Então, se o senhor pudesse responder isso de maneira mais concreta. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O último inscrito desse bloco é Kátia Cristina de Souza Dias, UBS Recanto dos Humildes, Perus.

**A SRA. KÁTIA CRISTINA DE SOUZA DIAS** – Bom dia a todos. Estou aqui representando não só a UBS Recanto dos Humildes, mas sou conselheira dessa unidade e também da Supervisão Técnica do Distrito Perus/Anhanguera. Represento, na estimativa, 205 mil habitantes.

Temos uma deficiência muito grande no território de atender as necessidades de saúde no geral da população e temos uma UPA, há mais de dois anos, em início de construção que para, volta, começa, para. Estávamos com o prazo de fevereiro de 2018 para entrega da UPA para a gente poder remanejar todos os serviços, como foi falado aqui, tem o redesenho das redes e com esse redesenho estaríamos reestruturando todo o território. Só que tivemos a



notícia esta semana é que ficará para daqui oito meses.

A minha pergunta é até que ponto podemos por crédito nessa gestão? Porque queremos trabalhar junto, queremos ser efetivos na saúde. Eu, como agente de saúde, a última ação que fiz foi a paralisação dia 4, fomos à Paulista, caminhamos buscando soluções para caminhar junto e obter os resultados.

Estão mexendo na Lei, essa nova Pnab que teve querendo reestruturar, remodelar, mas o que vai ter de concreto de bom pra a população?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereador Souza Santos. Está presente o Vereador Atílio Francisco, relator Plano Plurianual.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Obrigado, Vereador Tatto. Bom dia a todos e a todas.

Eu trago uma preocupação. Nós votamos no ano passado, com a relatoria do Vereador Atílio Francisco, o orçamento de 54.600 bilhões. Essa era a estimativa de arrecadação para este ano. O companheiro que falou ao microfone falou muito bem: o orçamento é uma peça de ficção. É realmente uma peça de ficção, ou seja, é uma estimativa, o Governo pretende arredar. Ele manda para cá dizendo: eu pretendo arrecadar com ISS, com IPTU e outros o montante de 54.600 bilhões. Às vezes, pode ser que arrecade ou pode ser que não arrecade.

Eu creio que este ano não vamos chegar a essa casa, mas o dinheiro que se arrecada com multas, impostos e etc., ele é suficiente para fazer as questões que a Cidade precisa. A audiência pública está pautada do assunto do Fundo Municipal de Saúde, a Autarquia Hospitalar, Hospital do Servidor Público e Serviço Funerário. Isso é importante.

O orçamento que veio para cá, que o Ricardo Nunes está relatando, vem como uma ficção de um momento, ou seja, 56 bilhões. Sai da casa de 54.600 bilhões e vai a 56 bilhões de reais. Sabemos que o País está em crise, vivendo um momento difícil. Então, o Prefeito manda dizendo que pretende arrecadar, em 2018, 56.600 bilhões de reais. É muito

dinheiro. É o Município que mais arrecada, é o terceiro orçamento. O primeiro é a União, depois o Estado de São Paulo e, aqui, o Município de São Paulo, que é o que mais arrecada.

O que é feito com esse dinheiro? É aí que está. Alguém falou também sobre a questão de que o Prefeito Doria é gestor. É realmente gestor.

Esta é a minha quinta eleição. Estamos vindo de algumas administrações difíceis. São Paulo é uma cidade complexa, uma Cidade difícil. É uma cidade ruim para administrar dados os problemas que aqui estão. É uma cidade grande, grandes são os problemas.

Eu trago uma preocupação também dentro desse orçamento, Ricardo Nunes, e V.Exa. é bastante sensível para trabalhar nesse orçamento e também fazer o seu relatório final para que, ao final, nós votemos no plenário, mas vamos falar de saúde já, só queria dar alguns dados para vocês importante que me preocupa muito. Até falei com o Ricardo sobre essa questão. A Secretaria Municipal de Habitação deve trabalhar este ano, no próximo ano, com 34% a menos, ou seja, aquele investimento, aquela verba, aquele dinheiro que seria para habitação, teremos um corte de 34%. É preocupante. Eu vejo com muita preocupação esse corte. A gente precisa ajustar isso. O Vereador Ricardo, certamente, no seu relatório fará o ajuste. Se não cortar, no mínimo mantenha do jeito que está. Eu acho que o corte aqui não seria importante, mas a sua manutenção é de fundamental importância.

Depois temos também a Secretaria de Infraestrutura e Obras que deve perder 23% dos seus recursos no orçamento. A parte de espolio também sofreria uma redução de 20% respectivamente. Isso está em todos os jornais e vocês acompanharam.

O projeto da gestão Doria sugere um aumento de 6% do orçamento da Secretaria de Educação. Olha só, eu vou dar um dado para vocês daqui a pouquinho para vocês verem que interessante. A Secretaria de Educação passa de 11 bilhões para 11.600 bilhões de reais. É muito de dinheiro, não é? Fora o que nós temos do Fundeb. Vocês sabem que o Fundeb é uma verba do Governo Federal que hoje deve estar em todo 15 bilhões, mais ou menos, que está na Secretaria de Educação, está lá o dinheiro para ser gasto.

O que no governo faz, os governos fazem o quê? Os governos querem arrecadar para gastar. Ele precisa gastar sob pena de improbidade administrativa. Agora, precisa gastar bem o dinheiro que é arrecadado com impostos e etc. Se não gastar, ele cai na Lei de Improbidade Administrativa.

A saúde de São Paulo deve esta estagnar, segundo a notícia, já que o orçamento previsto terá um aumento de 1%. Aumenta 1%, mas o Prefeito está trazendo uma coisa interessante. Ele quer investir o orçamento do ano que vem em educação e também em saúde. Legítimo, ótimo.

Aqui está o chefe de gabinete, Daniel, não fossem algumas administrações passadas ruins, hoje, a saúde teria sua verba gasta ou colocada naquilo que deve, como nós estamos vendo aqui UBS fechando, falta de remédio, não tem remédio, não tem seringa, falta muita coisa. Não deveria ser assim, pessoal, sabe por quê? Porque a primeira reclamação de qualquer ser humano é quando existe dor e quando existe uma dor, lembra-se do médico. A casa espera um pouco, o carro espera um pouco, mas quando sente dor, você quer ir ao hospital. E quando se chega ao hospital, lamentável, temos hoje uma situação, infelizmente, nós estamos vivendo isso não só na Cidade; estamos vivendo isso no Brasil inteiro. Eu acredito – viu, Daniel? -, eu acredito na administração atual; eu acredito. Eu acredito que nós estamos sanando um problema grave, crônico na saúde. Mesmo que alguns problemas estejam acontecendo em algumas unidades básicas de saúde – eu não sou médico -, mas eu acredito na solução. Eu acredito que possamos sair desse quadro cruel, crônico que está vivendo a saúde do Estado de São Paulo para melhorarmos. Nós estamos trabalhando aqui para melhorarmos. Sanaremos o problema definitivamente, passaremos a um céu de brigadeiro? Creio que não. Leva muito tempo para se fazer uma reforma, todos sabem disso. Melhor é construir do que reformar. O Prefeito João Doria está trabalhando em uma reforma. Aí, os cortes são necessários? São. Eu só penso que os cortes são muito bruscos. Falei aqui dos dados da habitação, passei para vocês a questão da Secretaria de Serviços e Obras, da de

Esportes *etc.*.

Em 2012, no governo Haddad, mandei todas as minhas emendas para a Secretaria de Saúde. Não mando um centavo mais e vou dizer por quê. Porque é uma garganta, é uma boca lá na Secretaria da Saúde que não tem dinheiro que aguento. É muita coisa. Aí, na administração, não sei com quem, o dinheiro sumiu e até hoje não sei aonde está. Todas as minhas emendas. (Pausa) Desculpe: 2013 para cá, 2012. (Pausa) Errei: em 2012 eu mandei, e aplicou-se na época de 2013; aí, já era outra gestão. Mas não quero culpar ninguém, não quero aqui fazer juízos de valor, isso não interessa. Mas também estava ruim. O que é preciso, Ricardo – você, como relator, não vou ensinar o *Padre Nosso* ao vigário -, é um cuidado, uma sensibilidade na questão da saúde, porque todos nós aqui, certamente, se não estamos precisando, precisaremos um dia – eu, nossos familiares ou quem quer que seja.

Nós andamos em alguns bairros da Cidade – trabalho muito na zona Leste – e o serviço neles é precário. É muito difícil convivermos com a atual situação. Portanto, creio que é até pouco dinheiro. Alguém disse aqui que falta gestão, mas eu acredito que o governo está trabalhando nessa questão de gestão, apesar dos pesares e apesar dos problemas. Mas dá para fazer, dá para consertar. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Souza Santos. Registro a presença do Vereador Aurélio Nomura, Líder do Governo, a quem já passo a palavra.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Obrigado, Presidente Jair Tatto. Saúdo o Vereador Ricardo Nunes, relator da peça orçamentária. Saúdo os Vereadores Souza Santos e Atilio Francisco; os representantes da Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Daniel Simões.

Nós recentemente ouvimos uma palestra do Secretário Pollara na Associação Comercial do Ipiranga, quando ele apresentou uma nova perspectiva, um novo foco com relação à Secretaria. Deu para notar na sua palestra que existem recursos suficientes, não só financeiros, mas também humanos. Mas há necessidade de se fazer uma readequação. Foi levantado que em alguns hospitais há falta de especialistas. Até há o equipamento, mas ele é

operado apenas uma ou duas vezes por semana, e aquele equipamento fica sem a utilização. Então, há a necessidade de se fazer a readequação, de se impor uma nova ação. O Secretário mencionou naquela ocasião que o novo foco também é de acordo até com o Souza Santos essa questão do tratamento da dor. É fundamental. Nós precisamos acolher e resolver o problema da dor. A pessoa que chega a um hospital, UBS, uma AMA ou qualquer coisa, vem para resolver a dor que ele sente. O que a gente vê até por falta de leito, por falta de uma condição da pessoa não ter a previsão de uma eventual operação, ou que a pessoa fique aguardando o exame, ela fica internada dentro do hospital até dez dias e tirando a vaga daquelas pessoas que estão com a necessidade de resolver imediatamente aqueles problemas. Essa é a primeira indagação que eu queria fazer, com relação a esses valores hoje que temos dentro da Peça do Orçamento de 2017, se efetivamente, dentro dessa proposta, da nova visão, do novo encaminhamento, da readequação que há, com relação às ações da saúde, se esses valores estão adequados? Se não há a necessidade de se fazer qualquer adequação, acrescentar mais valores.

Outra questão que estamos querendo votar essa semana aquele projeto o Xis-Tudo, Vereadores Jair Tatto e Ricardo Nunes, e queremos buscar recursos, cerca de 1,2 bilhões, mas parece que há uma parcela substancial destinada para a saúde, algo em torno de 300 milhões, que existe uma ação de se fazer a reestruturação, investimentos, uma readequação dentro das UBSs. Essas são as duas questões que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – estava acompanhando pela web algumas falas do Dr. Daniel eu pontuei, mas antes da minha fala, gostaria de fazer um relato, estou na Comissão de Finanças pelo quinto ano, eu e o Nomura, juntos, O Souza mais da Comissão de Política Urbana e o Jair está com a gente há bastante tempo. Bispo Atilio também. Acho que é a primeira vez que vejo uma audiência pública de um tema que não seja da Fazenda, em que

temos a Secretária Adjunta e uma médica é um Subsecretário participando da audiência pública. No final das contas, as coisas precisa se casar, vocês com a necessidade e o recurso está aqui com a Fazenda, com o Tesouro, É de suma importância e parabênizo por estarem aqui com a gente, obrigado.

Não vou negar que estou muito preocupado, bastante preocupado. Estamos com um projeto para tentar votar essa semana, que é uma autorização para o Executivo contrair empréstimos e com relação á área da saúde é o item I, capítulo IV, só da área da Saúde são 100 milhões de dólares americanos. Diz o seguinte: “Projeto de reestruturação e qualificação das redes assistenciais da cidade de São Paulo, Avança Saúde São Paulo, objetivando a reestruturar a rede de atendimento municipal de saúde, mediante a contratação de operações de crédito externo no valor de 100 milhões de dólares americanos.” E a gente aparece aqui na Peça com o item, a fonte 10, não é isso Daniel? que vem com o total aqui de 155 milhões e 967 mil. O outro detalhe é que para a questão dos hospitais, que sao construção de hospitais na 1506, que são 80 milhões e 534 mil reais. Se puder depois relatar para a gente, Daniel, para a gente poder ter, eu gostaria de, como Relator, e não é uma vontade minha, é uma vontade da grande maioria dos Vereadores da comissão, que nós fizéssemos o detalhamento desse recurso da área da saúde, o que será proveniente, tanto do Fundo Municipal de Desestatização, como com relação à questão do empréstimo que será tomado.

Então, eu preciso detalhar: de consumo de hospital, para onde vai exatamente. Se aquele hospital de Parelheiros, Daniel, não terminar essa obra em dezembro e começar o ano que vem, eu estou literalmente morto. Então, a gente precisa ver essa questão, o hospital de Brasilândia e gostaria muito de deixar isso detalhado, muito transparente e muito claro.

Outra questão que eu queria deixar para você, Daniel, o Prefeito João Doria, que tem sido muito solícito com esta Casa, tem dado uma atenção para o Legislativo enorme, todo mês vem aqui, não sei se você sabe. Ele senta com a gente aqui todo mês e fica horas escutando as demandas dos Vereadores, então, ele mais escuta e pouco pede. Eu me lembro

de que ele fez um pedido para nós até agora, que foi o seguinte: “Vereadores, eu gostaria de pedir que quando vocês fizessem as suas emendas, eu não quero interferir nas emendas de vocês.” Essas foram as palavras dele, o Nomura é o Líder do Governo, se eu estiver errado, corrija-me. “Eu não quero interferir nas emendas de vocês, mas se vocês puderem colocar emenda da área da saúde eu ficaria muito satisfeito, porque o nosso grande desafio na cidade é saúde.” Essas são as palavras do Prefeito João Doria na sala da presidência, com vários Vereadores aqui da Casa.

Por que estou lhe contando isso? Não tem uma emenda liberada durante 2017 inteiro, uma, não tem um centavo, Daniel. Quando você pegar a Peça Orçamentária – assessoria, dê-lhe uma cópia dessa nossa lista aqui – toda emenda que começa com “E” é emenda parlamentar, todas. Está aqui: “E”, aí vem aqui, atividade de promoção e de prevenção junto, tal, tal, ou é Santa Catarina, aliás, 75 mil liquidados até setembro de 2017, zero; transporte de criança com deficiência, Emenda 11.191, zero. Ou seja, todas, não tem uma emenda.

Então eu estou preocupado porque o Prefeito vem aqui e nos pede para colocar emenda na saúde, o Vereador Souza Santos relatou bem aqui, ele colocou várias emendas na saúde, o Nomura coloca emendas na saúde várias vezes e não executa, então, isso é um problema seríssimo e é bom que esteja aqui a Fazenda, porque não dá para colocar emenda e não executá-la. A gente firma compromisso com nossa base, a gente firma compromisso com as entidades. Eu coloquei para o IBC, 200 mil reais, uma emenda minha também, para o Instituto Brasileiro do Controle do Câncer, 200 mil. Não foi liquidado, não foi empenhado.

Então, está lá o dinheiro. Puxa vida, é uma coisa muito complicada, eu preciso compartilhar com vocês da saúde e da Fazenda a vontade que os Vereadores aqui – estou no meu quinto ano nesta Casa, me reelei agora, o que sofre o Vereador com o seu problema lá na base, não é isso, Bispo Atílio? E aí você não executa é muito ruim. Então, fico preocupado.

Sábado participei da reunião que o Prefeito gentilmente me chamou e o Aurélio

Nomura me chamou, das 8h30 até às 14h, 5h40 de reunião. Há um esforço do Prefeito em tentar fazer a Cidade andar. Eu fico preocupado, ele pedir para a gente pôr emenda e não as executa. Eu tenho falado com os Vereadores como Relator: “Vamos pôr emenda na saúde”. Todo Vereador fala: “Eu vou pôr emenda na saúde para não executar?”

Então, com relação a isso é por conta dessa situação. pedi para entregar a você, Daniel, está aí, do que estou falando está a prova, não tem um centavo de emenda de Vereador que foi aprovado. Não é uma crítica, eu estou fazendo... Estamos no mesmo barco, são colocações importantes para a gente poder avançar.

Outra questão que eu queria colocar, se o Sr. Presidente me permitir, eu vou pontuar algumas questões. A gente escuta e, depois, eu volto senão fico polemizando.

Queria pedir para apagar a luz e colocar na tela a tabela.

- O orador passa a se referir às imagens em tela de projeção.

**O SR. RICARDO NUNES** - Este é o mapa onde tem todo o serviço da Saúde – onde estão as UBSs, o CER, os hospitais, enfim, os serviços da saúde. Eles estão todos neste mapa.

Daniel, a gente gostaria de pôr no orçamento as questões que realmente atendem a Cidade. Dá uma olhada naquela região do Grajaú, Socorro, Parelheiros. É a parte de baixo ali, é a região onde tem a menor cobertura de serviço de saúde. Quando eu pego o detalhamento da atividade de vocês para 2018, diz o seguinte: que serão 14 UBSs a serem construídas durante o PPA de 17 a 23; e que quatro UBSs serão construídas em 18, que são as UBSs do Jardim Helena, na Vila Romano, que merece; Jardim São Miguel; UBS São Nicolau, na Penha; UBS em Sapopemba e UBS em Cambuci. Tem de fazer essas quatro, mas temos de fazer um esforço porque não dá para aquela área toda ali aberta não ter UBS.

Então, eu acho que o planejamento foi feito em desconformidade com análise



territorial de cobertura. Eu acho não, eu tenho certeza, está aí. Veja isso como uma contribuição para o Governo acertar. As UBSs precisam partir da premissa de serem construídas nas áreas de vazio, é óbvio.

Na primeira audiência pública tivemos uma participação de quase 15 pessoas falando da UBS do Jardim do Lucélia, falando da UBS do Jardim São Rafael. Existe um descompasso com relação a essa questão.

Até levei o Secretário Caio nesses vazios aí.

A gente tem uma situação lá, por exemplo, do Pronto Socorro Maria Antônia em que as pessoas ficam na chuva na fila esperando para serem atendidas. Está descompassada a necessidade com o projeto, Daniel.

Então, veja a nossa Comissão, a Relatoria, a Comissão de Finanças como a parceira do Governo para poder tomar decisões mais acertadas. E é agora ou a gente faz isso agora no orçamento e coloca as prioridades agora para que durante 2018 a gente possa ter sucesso e poder ter o melhor atendimento.

Essa é uma questão muito importante. A gente precisa rever e a gente precisa colocar detalhadamente na peça orçamentária o que vai ser feito na área da saúde. Coloco-me à disposição, a minha equipe, toda Comissão de Finanças para a gente poder falar para a população – e acho que isso vai ajudar muito – que vamos fazer seis UBSs e elas serão tal, tal, tal. Compromisso e fazer. Isso é importante. Precisamos dar transparência e mudar a forma de tocar o processo político. Falar para o pessoal, agora não dá, não vou fazer a sua porque tenho de fazer essas seis aqui porque ali tem um vazio. Quando você joga limpo e fala a verdade, as pessoas entendem.

Se a gente puder colocar muito detalhado, talvez nas outras áreas a gente não tenha condições de fazer isso, mas na área da Saúde, Daniel, se a gente puder fazer um trabalho da sua Secretaria com a nossa Comissão para podermos detalhar, olha, eu vou fazer o Hospital da Brasilândia e vou terminar tal dia. Não vou terminar em 2018, mas vou fazer 80%,

sei lá, a gente fazer algo para a população ter transparência do que vamos colocar.

Tenho certeza de que o Prefeito João Doria vai ficar satisfeito com isso porque a verdade é melhor do que ficar colocando situações porque a pessoa fica na expectativa.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Perfeito. Lindas as suas colocações.

É meta. A minha meta é 100, mas não cheguei aos 100, cheguei aos 85, mas avançamos.

Traçar meta. O duro é não sair do zero. Mas estamos caminhando para atingir a meta. Assim é a administração.

**O SR. RICARDO NUNES** – O que tem hoje para 2018? Serão objeto de ampliação e reforma as Unidades Básicas no valor de 132 milhões, serão 150 UBSs submetidas à reforma, à ampliação, requalificação e as primeiras 51 estão definidas para 2018.

Na zona Oeste, a UBS José Magaldi, que fica na Lapa; a UBS Vila Romana, que fica na Lapa; a UBS José Marcilio, que fica no Butantã. Para o Centro, a UBS Sé; a UBS Bom Retiro; Complexo Prates. Na região Sudeste, UBS Santo Estevão, Aricanduva/Mooça; UBS Formosa, Aricanduva/Mooça; UBS Formosa 1, Aricanduva/Mooça; UBS Mooça 1, Aricanduva/Mooça. Será que é isso? Será que não precisa rever esse desenho?

O que tem de previsto na região Sul são 11 unidades: a UBS Alcina Pimentel, Capela. Não tem necessidade. Você pega, por exemplo, a UBS Jardim Eliana – não é UBS, hoje é AMA. Você pega a UBS Jardim São Luiz, não é UBS, hoje é AMA.

Estou te mostrando que precisa corrigir isso aqui. Temos de nos debruçar sobre isso. Estava assistindo você e fazendo o levantamento de dados e a gente precisa rever essa questão. Estou te pedindo encarecidamente para me ajudar a fazer um relatório com o maior detalhamento possível na área da Saúde com muita transparência.

Se tiver uma necessidade de fazer 50 UBSs e conseguir fazer 30, a gente vai falar “não consigo fazer a sua porque esta aqui eu tenho uma demanda maior, não tem nenhuma UBS lá.” Se a gente fizer esse diálogo com a sociedade, será muito positivo.

Não quero centralizar muito as informações.

É uma postura absolutamente técnica de colocações construtivas para poder fazer o melhor relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Perfeito, Vereador Relator Ricardo Nunes. Anuncio a presença da Vereadora Janaina Lima.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, posso só fazer uma observação importante. Na parte de folha de pagamento, Daniel, você pode me responder isso junto, enfim, não temos, Daniel, pelo que está previsto na Peça Orçamentária em nenhum momento da questão orçamentária do funcionário público. A minha pergunta, era se não tem previsão de chamamento de concurso. Hoje temos os APPs que ajudaria muito na parte das unidades, ganham 1360 reais. Um custo baixo, para um resultado para o Município enorme. Então se a gente pudesse detalhar aqui, olha, pessoal encargos sociais temos para 2017, 1 bilhão 775, e para 2018, 1 bilhão 675. Não consegui entender como o relator, porque da redução, e se isso significa que terá chamamento na área da saúde. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quero aqui anunciar que no 31/10, teremos nesse salão, das 10h às 14h a 7ª Audiência Pública, terceira temática: Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Teatro Municipal, Fundo de Preservação do Patrimônio do Patrimônio Histórico Cultural, Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais, Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano, Fundo Municipal de Turismo, SPCine, SPTurs.

Primeiro de novembro, no Salão Nobre, das 10h às 13hs, a 8ª Audiência Pública e a 4ª Audiência Temática: Secretaria da Fazenda, Secretaria de Relações Internacionais, SPSetorização, SPDA Companhia de São Paulo, Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, SPParcerias, Prodam, Secretaria de Governos, Secretaria Municipal de Desestatização e Parceria, Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria de Gestão, IPREM, encargos gerais do Município.

Com a palavra o Sr. Daniel e as pessoas que representam autarquias Serviços

Funerário, também, na ordem que eles estipularem para resposta do primeiro bloco.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Vamos iniciar as respostas com base na ordem em que as perguntas foram feitas.

Dona Maria Aparecida fala sobre o orçamento do projeto “Tornar São Paulo uma Cidade Amiga do Idoso”, se vai ter dinheiro para transformar esse projeto de realidade. A resposta é “sim”, dona Maria. Vai ter dinheiro, inclusive, ele está previsto no PPA e esse dinheiro é da ordem de 280 milhões de reais, que estão previstos no orçamento para tornar São Paulo uma cidade amiga do idoso. Então a resposta é “sim” e está devidamente previsto nas peças orçamentárias e no próprio PPA.

O Josivaldo fala da importância da URSE na zona Leste. Existe uma previsão de construção em 2018, ainda de uma Urse para aquela região.

Assim como o João Batista, na sequência, fala sobre os cortes na área da saúde, especialmente para 2018. João Batista, talvez eu não tenha sido claro, mas acho que você não entendeu. Vou tentar explicar um pouquinho melhor. O que aconteceu em 2017, foi diferente do que foi estimado, em 2016. O que vai acontecer em 2018, está sendo estimado em 2017. Não há corte. O número que você, a diferença do que você entre o que está escrito no orçamento de 2017, realizado em 2016 e o orçamento de 2018, planejado em 2017, é aquilo que expliquei, 2016 ele foi estimado. Se você olhar para aquele número e falar: bom, mas eu executei em 2017 o que estava previsto em 2016? Não! Por quê? Porque foi impossível. As receitas não se concretizaram. Estimou-se uma receita maior do que a que se realizou. Não há corte. É importante ficar claro isso. e o João Batista coloca na fala dele como se houvesse de fato o corte de 2018, em relação a 2017. Nós tivemos redução de despesas não assistenciais que você pode chama de gótico, por exemplo, a redução dos cargos de comissão, a redução dos contratos de locação, Isso sim. Isso diminuiu. Agora, assistencialmente, não houve corte. É importante que fique claro que não tem corte de em 2018, com relação a 2017. O que tem é uma diferença que foi estimada em 2016 para 2017, e que está sendo realizado. Que

simplesmente as receitas não se concretizaram. Só deixar claro para o João Batista que a compreensão é outra.

O Fábio Siqueira, fala sobre OS. Sim Fábio. Nós precisamos melhorar o nosso desempenho com as modernizações sociais. Esse projeto de ,melhoria da relação com as organizações sociais e dos próprios contratos de gestão está em franco andamento. Nós temos uma instância deliberativa de tomar decisão nessa área que compõe essa instância a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Fazenda, a Controladoria e a Secretaria de Gestão. São quatro Secretarias envolvidas na mudança que estamos propondo para esses contratos de gestão. os contratos de gestão que existem hoje tem problemas? Claro que tem. Podemos melhorá-los? Claro que podemos. Podemos melhorar metas, podemos melhorar desempenho de prestação de contas, podemos melhorar uma série de coisas. Só que é importante olhar historicamente como que evoluiu a relação São Paulo com as organizações sociais. Há quatro anos o controle é muito menor. Hoje o controle que temos sobre as organizações sociais é ideal? Não! É do jeito que a gente quer? Não! Mas ele está muito melhor que no passado. Seja, pelos controles que estão sendo realizados nas comissões de acompanhamento, seja pela tecnologia. Hoje tem um software que gerencia isso a prestação de contas. São 3,5 milhões de notas fiscais encontradas por ano. olha o tamanho dessa operação. Nós estamos satisfeitos com controle? Não. Estamos absolutamente alinhados com os apontamentos dos órgãos de controle, especialmente Tribunal de Contas do Município de São Paulo, incorporando todas as recomendações desses órgãos no novo software que está sendo elaborado e está sendo construído, aliás, neste momento na Prodam. A perspectiva é que ele se encerre e que essa conclusão aconteça até dezembro. E a gente comece a usar o novo modelo de prestação de contas com base no novo software a partir de janeiro de 2018. De fato não está da maneira que queremos. Precisamos melhorar. Concordamos que a prestação de contas precisa ser aprimorada e estamos trabalhando nesse sentido, por meio dessa reestruturação que está mais uma vez, repito, que está sendo feita com a Secretaria da

Fazenda , uma participação muito grande da Fazenda. A própria Secretária Adjunta tem nos acompanhado semanalmente, tenho estado por mais de um dia da semana lá na Fazenda para tratar de assuntos ligados a prestação de contas, inclusive das OS por reconhecer essa necessidade que temos e você muito bem apontou ali.

Você também falou um pouco sobre o detalhamento do orçamento e nós concordamos. O orçamento ele precisa estar mais detalhado e nós temos outros níveis de detalhamento em elaboração. Muito em breve você vai ter acesso a esse detalhamento.

Depois o Laerte Brasil, pergunta o seguinte: vai dar para resolver os problemas da saúde em 2018 com o orçamento estimado? Não! Todos não! Vai dar para gente resolver aquilo que for possível e para o qual a gente tiver capacidade de planejamento. Não dá para resolver todos os problemas da saúde no ano que vem. Isso posso garantir para os senhores porque os problemas são maiores do que a nossa capacidade de encaminhá-los todos em um único ano, ou em dois que seja. Mas eu posso garantir, em nome do Secretário, que estamos fazendo todos os esforços de planejamento e de execução para enfrentar um a um desses problemas e melhorar o desempenho da assistência na ponta, que é nosso objetivo.

**A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI** - Só querendo complementar e elogiar o trabalho, a lição de casa que a Saúde vem fazendo, e eu brinco que eles são o nosso maior risco, mas ao mesmo tempo, tem sido a maior surpresa, no sentido de terem se proposto a enfrentar os problemas de maneira estrutural, ou seja, não adianta mexermos, fazer um corte linear sem considerar como é que é o funcionamento de um sistema, e como é que de fato é a logística, porque acho que 90% do setor público...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Júlia, por favor se identifique por conta das contas taquigráficas.

**A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI** – Ah, sim, meu nome é giulia Puttomatti, sou Secretária Adjunta da Fazenda.

Do ponto de vista logístico, o que é isso, 90% dos problemas do setor público,

sejam na Educação, sejam na Saúde, ou no Transporte, dizem respeito à logística. E a Saúde é a primeira vez, pela primeira vez, está enfrentando isso na nova reestruturação da rede assistencial que nós estamos participando, assim como esses mecanismos de prestação de contas que são completamente – estavam – descentralizados, desordenados, da mesma maneira que em muitas outras secretarias, mas nós temos de recomeçar pela mais importante que, ao ver do Prefeito, e como ele continua – e nós continuamos – agindo de acordo com esse princípio: prioridade 1, Saúde; prioridade 2, Saúde; prioridade 3, Saúde; prioridade 4, Saúde, prioridade 5, Saúde e, por aí, vai.

Então nesse sentido a Secretaria da Fazenda tem, eu digo que tem sido muito, temos trabalhado numa sinergia nunca antes, até os próprios representantes das OSs que estiveram reunidos, tanto conosco, com o Secretário Caio e também o Secretário Pollara, com o Dr. Daniel e com a Dra. Glória, nunca houve uma troca, tanto de informações, quanto de problemas, ou de quebrar a cabeça para resolver problemas de maneira conjunta, como foi instituída uma portaria, um grupo de trabalhos, que é, como disse o Daniel, com participação das quatro Secretarias – Gestão, Saúde, Fazenda e Controladoria – para equacionar, para estudar e para mergulhar nesses problemas. Então vamos agir em várias frentes.

Só uma complementação, em termos de Orçamento, ao contrário do que se tem dito, acho que o Vereador Ricardo Nunes, é o nosso especialista em números aqui, o Orçamento...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI** – Mas é nosso especialista aqui, é o Vereador parceiro, em todas as discussões e, só para dar um exemplo, em termos de execução da Secretaria como um todo, esse ano nós tivemos, teremos a previsão de 9,5 bilhões, incluindo Fonte 0 e Fonte 2.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI** – Isso. Estou falando

agregado. Estou considerando o HSPM, a autarquia e estou considerando o Fundo. E, para 2008, a execução, nós colocamos na Lei Orçamentária, 9,9 bilhões, para os três, para todas as funções, isto é detalhadamente, nomeadamente. Vamos lá: 8,138 bi para o Fundo Municipal de Saúde; 1,44 bi para autarquia e 315 milhões para HSPM, totalizando para o projeto de lei R\$ 9,9 bilhões.

Muito bem. Face ao que se pretende e ao que se, a partir do momento que nós chegamos e tivemos de nos deparar com a realidade do inchaço ou da superestimação de receitas que não atenderia, sobretudo, no âmbito da frustração de repasses de receitas no âmbito Federal e Estadual, em função, óbvia, das circunstâncias econômicas e fiscais que o País vive, nós tivemos de nos ajustar.

Portanto, o que a Saúde pretende executar, neste ano, é mais do que confortável *vis-à-vis* ao que ela já executou até agora, ou pretende executar até o final deste ano. Ou seja, teremos pressões adicionais? Sim, existe contingência sempre. Com saúde a gente não pode deixar para amanhã. Esse é o grande desafio.

Quando o Prefeito recebe alguma denúncia, recebe uma ligação de que está faltando remédio – vocês sabem disso, todo mundo acompanha na imprensa, a Globo faz isso, todo mundo faz isso com a gente, você faz isso, todo mundo faz isso com a gente. Desculpe, Vereador, senhor, excelência. - isso tem que ter resposta. A Saúde dá a resposta junto com a Fazenda, mas a Fazenda tem de dizer: bom, nós temos tanto; a Saúde tem de dizer: como nós vamos chegar a tanto, onde nós teremos de diminuir e por que nós vamos ter de diminuir. Mas jamais em prejuízo da assistência.

Então o que a gente teve de... por isso que eu digo que a estrutura está sendo repensada, que é mexer na estrutura e no funcionamento de um sistema que tem muitas, muitos, muitos desperdícios na sua manutenção. Ou seja, despesas administrativas, falta de controles de custo, de insumos. Falta informação da rede para a gente entender onde estão os gargalos e onde a gente poderia fazer mais com menos. Tudo isso está sendo considerado



para a gente reestruturar.

Agora, como disse o nobre Vereador, não existe poção mágica nem ovo de Colombo, para, de uma hora para outra nós resolvermos todos esses problemas, sabe por quê? Nós estamos falando de uma rede da maior complexidade da América Latina, da maior metrópole da América Latina, que tem vícios, que tem parceiros e tem que dialogar com a sociedade, até porque obedece a controles, presta conta, tem problemas que estão tentando minimizar, mas são problemas que precisam ser equacionados. Ninguém pode se direcionar totalmente para a região Sul e abandonar totalmente a região Norte.

Existe uma coisa que a gente tem que entender que se chama restrição orçamentária e Lei de Responsabilidade Fiscal, minha gente! Não adianta fazer magia, não existe. Se não tem mais dinheiro ou não vai entrar mais dinheiro, porque cortaram o PAC, porque acabaram ou diminuíram os repasses para obras e investimentos nós vamos ter de nos enquadrar.

Além disso, mencionou-se a questão dos financiamentos externos. Nós fomos atrás e vamos sim conseguir um financiamento em longo prazo, a juros baixíssimos, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desses 100 milhões de dólares, em termos de caixa, é perfeitamente acomodável na nossa situação financeira e fiscal atual que vai ser preservada e melhorada. Já foi. Tanto que isso já foi reconhecido pelo Tesouro.

Mas a União não autorizou nenhuma garantia para operação de crédito em nível subnacional.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI** - Isso é uma herança, muito longa, mas isso a gente não vai entrar no debate agora.

Só voltando a retomar, quero dizer o seguinte: o que está sendo feito? Eu sou

testemunha, estou aqui para colaborar e para dar o meu testemunho, como Secretária Adjunta da Fazenda, envolvida diretamente que estou nessa minha tarefa.

A gente brinca que eu trabalho mais para o Pollara e para o Alexandre Schneider do que para o Caio. Isso é brincadeira, mas é verdade. São, na verdade os grandes problemas da Cidade.

Na verdade, não adianta a gente tampar o sol com a peneira e achar que existe uma solução milagrosa de um dia para o outro. Não existe. É um sistema. Um sistema não se resolve, com a sua complexidade para ter consistência intertemporal, com uma solução de corte linear, pura e simples, ou simplesmente com medidas radicais de fechamento de unidades. Não. Você tem de estudar como é que ele funciona, ele é um organismo vivo, é um sistema.

Assim como houve uma evolução e uma mudança no perfil da população, da ocupação e dos problemas de saúde da população de São Paulo, a própria Secretaria tem de reagir a isso de maneira proativa. Mas, para isso, ela tem que ter instrumentos, ela tem que identificar onde estão os gargalos, onde estão os desperdícios, onde pode ser feito mais com menos, quem pode ajudar, pois ninguém faz nada sozinho. Estamos falando de parceiros, organizações sociais, hospitais conveniados, do Governo do Estado, do Governo Federal, de outras instituições filantrópicas que são nossas parceiras e sempre serão.

É muito importante deixar claro que nem a saúde nem nós interrompemos o pagamento de nenhum desses serviços, ao contrário do que foi feito no final da gestão passada. Então, é nessa linha de jogo aberto que tentamos conversar e transmitir a vocês.

Reforço e elogio o nobre Vereador Ricardo Nunes no sentido de ter maior explicitação na peça orçamentária para que a população consiga absorver o que está sendo feito, consiga opinar e, de certa forma, até acompanhar a evolução, pois muitas vezes as informações chegam truncadas e só quem entende de orçamento – que não é uma coisa trivial – consegue ver, de fato, alguma mudança, alguma melhoria.

Isso tudo está sendo considerado. Peço a vocês um voto de confiança, mais do que qualquer coisa, na Prefeitura como um todo, sobretudo na Secretaria de Saúde, liderada pelo Professor Pollara, que tem sido um parceiro.

Já trabalhei no Governo Federal, no Governo Estadual, fora do Brasil, em outros governos, e nunca vi uma sinergia tão grande como há neste governo, sobretudo nos problemas mais espinhosos e onde ninguém quer mexer. Mas temos coragem, temos persistência, temos paciência e boa vontade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o nobre Vereador David Soares.

**O SR. DAVID SOARES** – Primeiro, quero elogiar o trabalho da Secretaria com toda a herança que veio para cá, difícil, principalmente na questão do Corujão da Saúde, algo que tem de ser exaltado e que deve permanecer a fim de tentar mitigar os problemas crônicos de saúde na nossa cidade.

Embora eu ainda não tenha lido com calma essa questão, o nobre Relator pode nos elucidar sobre a questão do Hospital de Parelheiros, se já está contemplada, porque já está prevista a inauguração em dezembro e ainda não vi a contemplação do valor a ser implementado pelo Orçamento na questão do Hospital de Parelheiros.

A segunda questão, que foi mencionada na audiência pública do sábado, na Lapa, sobre o Hospital Sorocabana. Já estamos há sete anos na mesma situação: é a terceira administração que está enfrentando esse problema, e até agora não houve nenhuma mitigação, nenhuma solução, por parte do Poder Público para restabelecimento, a médio ou a longo prazo, dessas instalações.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Exa. o que o Poder Público está visualizando com relação a esses dois problemas.

Obrigado.

**O SR. DANIEL** – Nobre Vereador, se o senhor me permite, eu continuarei a responder na ordem, um por um.

A Dona Neide falou da questão do idoso. Percebam como essa é uma questão importante na cidade de São Paulo, já que boa parte das pessoas que se manifestou e na audiência de prestação de contas também fizeram referência à questão do idoso. Então, o Sr. Prefeito resolveu abraçar esse projeto de tornar São Paulo uma amiga do idoso; Os Secretários que estão envolvidos, entendemos que a questão do idoso não diz respeito apenas à saúde; diz respeito também a outras questões como mobilidade *etc.*. Então, esse é um projeto que foi, de fato, abraçado pelo Prefeito e pelos Secretários que estão envolvidos com esse assunto. Só na Secretaria de Saúde, repetindo, nós temos uma previsão de investimento de 280 milhões de reais nos próximos quatro anos para contribuir com esse projeto. Isso para contemplar a pergunta da Dona Neide, que colocou a questão do idoso como uma prioridade.

O Alexandre Bonfim coloca a questão do fechamento de unidades, que nós estaríamos recurso de forma inadequada, que a Administração não investe, entre tantas outras coisas. O que eu tenho a dizer, Alexandre, é que nós estamos focados em fazer o melhor. E o melhor significa: com o melhor planejamento, com a melhor capacidade de execução e com os recursos que nós temos disponíveis. Não dá para fazer tudo e também não dá para fazer tudo ao mesmo tempo; temos que priorizar. Se tivesse sobrando dinheiro, daria para fazer tudo ao mesmo tempo. Mas, você sabe, esse não é o caso. Então, a gente precisa usar o dinheiro da maneira adequada, e não há uma diretriz de fechar serviço, Alexandre. O que existe é uma diretriz de readequar serviços. Às vezes, eu posso tirar um serviço que está aqui e colocar ali. O que, numa primeira análise, pode parecer que se está fechando, mas na verdade, não, só mudando de lugar. Isso pode, sim, acontecer. E do que depende o lugar onde o serviço é prestado? Da demanda, da epidemiologia, de tantas outras coisas. Admitindo que o nosso modelo é bastante complexo e quem muitos equipamentos, é natural que, eventualmente, tenha que se mudar um serviço de um lugar para o outro, transferir uma equipe de um lugar

para outro. Então, não se trata de fechamento de serviço, e sim de transferência, como aconteceu com o CTA de Santo Amaro. Não é que fechou o CTA: ele saiu de lá e foi para outro lugar, melhor, mais estruturado, com mais condições de atendimento à população. É claro que se você olhar para aquela porta, ela fechou. Aquela porta fechou, mas abriram-se 2 outras em outro lugar. Então, no final das contas, o serviço não foi diminuído.

O Carlos Alberto coloca a questão da deficiência. Carlos Alberto, você tem razão. Nós temos um sistema de saúde que ainda é insuficiente para dar conta da questão da deficiência. Você colocou a questão da amputação e que existem pessoas se tornando deficientes na cidade de São Paulo hoje e que a gente precisa de um modelo mais adequado, mais apropriado para dar conta dessas necessidades. Eu não tenho a menor dúvida disso; inclusive isso é uma preocupação do Secretário e do próprio Prefeito. Tanto é que estamos tomando algumas providências imediatas, como, por exemplo: no Programa de Metas existem 5 novos CER com local a ser definido, porque depende da reestruturação, o que foi uma outra tônica da sua fala. Você disse que a minha fala foi muito vaga. Eu concordo que, em alguns momentos, talvez ela tenha sido, Carlos Alberto. Mas é porque o nível de detalhamento que a gente precisa para responder perguntas como “o que vai ser?”, “como vai ser?”, “quando vai ser?”, “quanto vai ser?” depende de uma análise um pouco aprimorada, que não chegou o momento ainda de ser feita. Por exemplo, nós estamos fazendo uma grande reestruturação assistencial, repensando o modelo de assistência com base nos princípios definidos pelo Dr. Pollara e pela Dra. Glória, de reestruturação. Enquanto essa reestruturação por território, por região não for concluída, eu não tenho como dizer onde vai ser o CER. Os estudos epidemiológicos, de demanda estão ainda em andamento, Por isso, o nível de detalhamento ainda não é o ideal. Mas ele vai chegar ao ideal, tá? Eu posso garantir isso para você.

Existe também uma perspectiva no Programa de Metas de revitalizar 25 CER existentes, além da construção de mais cinco.

Outra coisa, falando sobre deficiência, existe também no programa de metas um

compromisso de aumento de 15% no fornecimento de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, o que inclui cadeira de rodas, bengalas, entre outras coisas.

Então firmamos um compromisso com o Ministério Público de zerar a fila de OPME, órteses, próteses em 18 meses. As tratativas, os combinados, os compromissos estão sendo feitos e com isso pretendemos resolver ou pelo menos encaminhar a maior parte dos problemas que são gritantes na área da Saúde.

A Kátia Cristina de Souza Dias fala sobre a UPA Perus que está em construção. A UPA está aqui na minha lista, é uma das unidades prioritárias para conclusão em 2018. Há oito UPAs nessa situação e a UPA Perus, na região Norte, é uma delas. Só para tranquilizar e dizer que está na lista de prioridades para o ano que vem, ainda para o primeiro semestre.

O Vereador Nomura fala bastante sobre a questão da eficiência e com razão. Precisamos ter ganhos de eficiência e estamos trabalhando no sentido de obtê-los. Não é fácil porque muitas vezes o ganho de eficiência envolve uma mudança no *status quo*, uma mudança no modus operandi da coisa. E nem sempre mudar a forma que as coisas funcionam interessa a todo mundo. Às vezes quando se quer fazer uma mudança tem que se enfrentar uma série de coisas e estamos fazendo esse enfrentamento.

A Secretária Júlia colocou isso de forma muito clara, os enfrentamentos estão sendo feitos. E estão sendo feitos de uma forma muito unida internamente. Realmente nunca vimos e estive em outros órgãos públicos e a nossa relação com a Secretaria da Fazenda, Controladoria e Secretaria de Gestão está muito próspera no sentido da obtenção desses resultados que precisamos. Então o Vereador Nomura tem razão. Precisamos investir nesses ganhos de eficiência para poder entregar para o cidadão aquilo que ele merece.

E por fim o Vereador Ricardo Nunes traz uma série de contribuições como de costume. Então, Vereador, obrigado pela forma lúcida que trouxe os problemas, vamos olhar para cada aspecto que o senhor falou com muito cuidado. E de preferência talvez até juntos numa reunião de trabalho, tentando detalhar um pouco mais cada aspecto que trouxe.

O Vereador Ricardo Nunes fala primeiro do aporte externo de 100 milhões de dólares de um financiador externo. Acho que a Júlia já falou um pouquinho dessa nossa perspectiva. Temos condições de obter esse financiamento que vai nos ajudar no redesenho da rede. E se o senhor quiser mais algum detalhamento vou pedir para a Júlia fazer porque tem mais propriedade para isso.

Em relação às emendas, Vereador, o senhor apontou uma questão bastante importante. Há um trâmite, uma burocracia em torno das emendas parlamentares, o que é natural dos órgãos públicos, elas precisam ser processadas para serem utilizadas.

Recebemos uma série de documentos e processamentos especialmente a partir de julho, de 2017. O número atualizado dessas emendas, são mais de 60 no valor aproximado de 20 milhões de reais que estão em processamento. Então não estão paradas, o que se vê da não execução dessas emendas é porque não deu tempo ainda de executá-las.

—  
- Manifestação fora do microfone.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Mas tem que dar tempo. Essas emendas nos chegaram, muitos desses recursos.

É, pois é. Alguém falou que vai fechar dia 15, mas o secretário-adjunto não está sabendo.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Vocês falam...bom, quer entrar no mérito a gente entra.

Se quiser, eu entro no mérito. Quer entrar no mérito?

**O SR.** – Desculpa, Vereador. Só queria concluir.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Quer discutir esse assunto de emenda?

Eu sou mestre nisso.

**O SR.** – Não, é porque o Vereador Ricardo Nunes trouxe essa preocupação e eu estou compartilhando com vocês que nós recebemos essas propostas. Começamos a receber a partir de julho e nós estamos processando do ponto de vista burocrático. São mais de 60 emendas em tramite. Então, só queria esclarecer que isso não está parado.

Outra coisa que o Vereador Ricardo Nunes coloca de suma importância é a questão da transparência. Eu acho que o que ele traz é nada mais nada menos do que o que todos nós temos obrigação de fornecer ao cidadão. Essa é uma diretriz do Prefeito. Ele tem conversado bastante com o Prefeito, como nos relatou aqui. De fato, a transparência é uma premissa e é algo que temos de perseguir e o detalhamento ao máximo do que vai ser executado, assim como outras pessoas disseram hoje, precisamos chegar a esse detalhamento.

Às vezes você não consegue chegar dependendo do momento em que você está no planejamento, como por exemplo, eu explicava ao Carlos Alberto que algum nível de detalhamento a gente ainda não tem porque o desenho ainda está sendo feito. Mas temos sim o compromisso de chegar no nível máximo de detalhamento para compartilhar com a população, com esta Casa e com quem mais tenha interesse no sentido de ser transparente, que foi uma característica ou atributo citado várias vezes na fala do Vereador.

Outra coisa que V.Exa. colocou foi a questão da revisão dos investimentos. V.Exa. nos mostrou um mapa e muito embora o investimento e a construção de unidade de saúde seja função direta do adensamento populacional da região, eu concordo com o senhor que nós podemos e devemos rever qualquer proposta de investimento se assim esta Casa e quem se interesse, os atores envolvidos no processo, achem necessário. Garantindo para o senhor que nós podemos, talvez até em uma mesma seção de trabalho que trataríamos sobre outros assuntos citados, poderíamos nos debruçar sobre esses investimentos, esses locais, e como o senhor nos trouxe, olhar para cada uma das propostas e verificar se isso está adequado, se atende a necessidade da região ou não.

Só queria fazer um contraponto. Toda a estrutura de planejamento para essas unidades foi tecnicamente analisada por uma equipe, então, o investimento não foi planejado sem um estudo prévio. Agora, também não podemos garantir que esses estudos são 100% adequados ou que não possam ser revistos. Então, respondendo ao senhor, vamos sim sentar,



olhar de novo, se algo não for necessário, a gente abre mão; se tiver alguma coisa que não está contemplado, a gente contempla. Ou seja, acho que o momento é de diálogo. Conte conosco e, mais uma vez, muito obrigado pela contribuição.

O último bloco de perguntas que foi feito pelo Vereador David, eu queria aproveitar para passar para a Tânia porque foram feitos alguns questionamentos sobre hospitais e como ela representa a autarquia, eu gostaria de passar para que ela pudesse dar os esclarecimentos sobre Parelheiros, Brasilândia, Sorocabano e outras questões ligadas à rede hospitalar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Farei uma ponderação. Tânia, temos quatro inscrições apenas. Temos a presença da Vereadora Juliana Cardoso, que é membro da Comissão de Saúde, da Casa, já presidiu, considerando que pode acrescentar alguma coisa a mais sobre autarquia poderemos ouvir esses quatro munícipes e, por uma questão de dinâmica, para não nos tornarmos repetitivos.

Tem a palavra a Sra. Neide Caicai, supervisão técnica de saúde do M'Boi Mirim.

**A SRA. NEIDE CAICAI** – Bom dia a todos. Sou gestora de saúde do Hospital M'Boi Mirim e represento também a supervisão técnica M'Boi Mirim. Quero saudar todos os Parlamentares da plenária. Eu já tinha falado aqui sobre a preocupação que temos as nossas demandas que estão aí, que estão paradas na Secretaria e a gente também já ficou sabendo que há essa possibilidade e que dia 15 encerra e que a gente corra o risco de perder todas elas. A minha maior preocupação, representando a M'Boi Mirim, é saber se no Orçamento de 2018 já estão incluídos ou há a possibilidade de incluir a construção da nossa UPA na região do M'Boi Mirim porque é uma região superlotada, o hospital M'Boi Mirim está atendendo dentro dos seus limites. Tem dia que eu chego a dizer que parece o estádio do Corinthians de tanta gente e nós não podemos é verdade ficar de braços cruzados e não reivindicar mais uma vez a construção da UPA na região do M'Boi Mirim.

Vereador relator Ricardo Nunes, que eu muito respeito, o Jardim São Luís tem UBS sim, Vereador, e está atendendo. Hoje, ela tem AMA e UBS e atende devidamente 50% cada.

Tanto AMA de São Luís atende 50% da população, demanda da região, como também a UBS no mesmo local.

Nós temos de nos unir mais. Falei da preocupação do risco de perder as nossas emendas parlamentares. Acho que temos de nos unir e ir para rua e juntar força e pedir e cobrar, reivindicar, para a Secretaria da Fazenda, que é um direito nosso. Isso desmotiva todos os nossos parlamentares em continuar ajudando a Secretaria de Saúde.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Alaíde Caetano.

**A SRA. ALAÍDE CAETANO** – Boa tarde, companheiros e amigos. Sou conselheira do (palavras ininteligíveis), supervisão de saúde, UPA, Einstein, Campo Limpo, segundo mandato, e Mandaqui. Não sou parlamentar, mas a gente entende um pouquinho da dificuldade do povo. Tudo bem pedirem para a gente confiar, mas vamos tentar acreditar no que a senhora está falando, porque é difícil acreditar num governo que entra e já tira a comida das crianças. Se não come, não tem saúde. Até hoje não vi uma criança de favela, que é comunidade, gorda. Pelo menos não há nem na zona Sul e Leste, mas tudo bem.

Temos que lutar por todos e deixar o passado e quem não fez. Muita gente não fez, então, não é só da gestão do passado. Se a gestão agora é competente, não vamos criticar, vamos fazer, para mostrar que vocês fazem. Que nós fazemos juntos, como a senhora mesmo falou, ninguém faz nada sozinho. Concorda? Somos unidos.

O Campo Limpo só tem um médico à noite. A Dra. Antônia está sabendo, a senhora está sempre conosco, a culpa não é da senhora e a gente sabe disso. Então, é um momento de união, começando dos marajás, de brincadeira, dos Parlamentares porque nós sofremos na saúde pública. Se a saúde fosse tão boa, até os Parlamentares usariam, como nos EUA.

Gostaria de pedir para todos os Vereadores, independente, de partido ou não. Vamos fazer, vocês estão aqui devido ao povo que votou em vocês, acreditaram. Vocês prometeram, então, têm de fazer. A saúde é fundamental. Sem comida você não tem saúde em

primeiro lugar, então, tem que ter comidas nas escolas, voltar ao que era antes. Vamos para rua também, para voltar a merenda escolar, que é um direito nosso. Ração de cachorro nem o meu come, mas tudo bem.

Então, o pedido que estou fazendo, todos os Vereadores, que vocês façam a diferença e não aprovem tudo o que o Prefeito vem aqui falar. Vocês são Vereadores, vocês não podem aprovar. Não podemos fazer isso com o povo, o povo sofre, o rico não sofre, mas o pobre sofre. Fica difícil, viu minha senhora, acreditar num governo como esse que mexeu com criança.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – tem a palavra o Sr. Waldemar Bambini, do Sindisep.

**O SR. WALDEMAR BAMBINI** – Boa tarde a todos. Sou dirigente do Sindisep, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo, queria falar sobre a questão do serviço funerário, mas é importante a gente mencionar alguma coisa com relação à saúde porque nós que somos população usuária vemos a saúde não como tecnocrata, como aquele que entende da saúde, tem um bom discurso, mas que não ouve a população, não ouve os Conselhos de Saúde.

Dessa forma é que a gente faz com que a saúde funcione. É importante ver que o governo não atende nem as verbas parlamentares porque, que são justamente a reivindicação da população. A população pede para o Vereador, que solicita a verba parlamentar para tender a população e não é atendido pelo governo.

Quero falar sobre o serviço funerário. Do jeito que anda a saúde em São Paulo talvez a gente vá precisar mais do serviço funerário. Com relação ao orçamento do serviço funerário, que a gente vê, que no orçamento do serviço funerário, não consta quase 14% sobre a questão da Folha de Pagamento, ou seja, de investimento, pagamento de funcionários, e também quase mais ou menos isso, em torno de 14%, de terceiros, ou seja, de prestadores de

serviço, empresas contratadas, terceirizadas, que fazem serviço, no serviço funerário.

Dessa forma, a gente vê que desde 1993 ninguém faz investimento. O serviço funerário emprestou dinheiro para a Prefeitura e para o Ipem no passado e foi muito mais rentável do que hoje e desde 93 vem sendo sucateado. Não há investimento. Antigamente não tínhamos a prestação de serviço terceirizado, era o próprio funcionário que fazia todo o serviço de limpeza, sepultamento, exumações. Depois os trabalhadores foram envelhecendo, se aposentando, falecendo, não houve concurso público. Em vez de fazerem concurso público se terceirizou o serviço de limpeza e de lá para cá a gente vê as reclamações, porque o serviço não é bem prestado pela terceirizada. O serviço terceirizado, em vez de melhorar, piorou.

Então, como consta no Orçamento essa questão de não se aplicar? Porque tem um concurso público de 200 AGPPs, que foram catalogados e tudo mais. Foram autorizados, catalogados e prestaram concurso público e eu gostaria de saber se vão achar esses AGPPs, são 200, para o serviço funerário?

E como não há também concurso público para sepultador, porque hoje está muito deficiente. Por exemplo, no cemitério da Vila Formosa, que é o maior que temos, onde trabalhavam 100 funcionários, hoje tem 20 trabalhando, fazendo a mesma coisa que os 100 funcionários faziam nessa época. Então, eles estão velhos, para se aposentar, doentes, trabalhando e não há concurso público.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Waldemar. Tem a palavra o Sr. Cristiano Estevão da Silva, do Conselho Gestor de Itaquera.

**O SR. CRISTIANO ESTEVÃO DA SILVA** – Olha, em Itaquera, quando nós nos apresentamos no conselho gestor éramos 300 no Corinthians. Fomos receber o diplominha lá. Agora estão vazias praticamente as reuniões.

Marquei aqui nove itens que precisamos urgente: visita no Hospital Planalto, visita no hospital Tatuapé. Essas autarquias, se a gente for oito horas da manhã e sair às oito da

noite, veremos muita gente lá, porque é horrível o atendimento. No meu caso, que sou formado técnico em segurança do trabalho, sinto vergonha de saber que a nossa saúde está precisando de um SOS.

É só isso, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Encerradas as inscrições, todos já falaram. Surgindo a Vereadora Juliana Cardoso, que tem o uso da palavra, os demais Vereadores que assim o desejarem, o Relator do PPA, Vereador Atílio Francisco.

**O SR. SOUZA SANTOS** – V.Exa. me inscreve logo após a Vereadora Juliana Cardoso, se não houver outro Vereador, por favor?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereador Souza Santos.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sem problema, Vereador Souza.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pode ser no final as falas dos senhores, Vereador Ricardo Nunes e Vereador Atílio Francisco? Fica bom assim?

**O SR. SOUZA SANTOS** – Fica.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso e em seguida o Vereador Souza Santos.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sem problema, Souza, o debate sempre é bom, principalmente em relação à questão do Orçamento.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Eu gosto de debater com você.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Vou direcionar também um pouco a minha fala ao nosso Relator Ricardo Nunes, até para que a gente possa visualizar um pouco no Orçamento, Ricardo, essa forma que está... de uma certa forma não sei se a Secretaria está enxergando, mas a preocupação é que a falta de recursos vai acabar batendo diretamente no serviço.

Primeiro, bom dia a todos e a todas, não pude estar aqui no início, que nós viemos de um ato lá de Itaquera, inclusive sobre a relação do fechamento dos AMAs e então não consegui pegar a fala inicial do Chefe de Gabinete. Então queria parabenizar a todos que estão

aqui. Essa discussão é muito importante para que possamos fazer que o serviço público seja para todos.

Quero falar sobre a questão da redução desses 58 milhões que temos no Tesouro Municipal. Claro que está sendo colocado aqui, até um pouco que eu fui acompanhando no carro pelo Auditorios On Line essa questão da relação de sermos uma gestão que precisa fazer acontecer, uma gestão que precisa olhar os contratos, precisa fazer e acontecer.

Claro que nós, também, em relação à redução que teve e é vinculada aos gastos federais como, por exemplo, foi colocado dentro do Orçamento, uma redução de 42 milhões de transferências do Governo Federal que é significativo. Claro que esse recurso também é muito direcionado à questão de investimento para manutenção, reforma e alguns outros projetos que são vinculados, por exemplo, com a questão da Saúde e Estratégia da Família, porque sabemos que uma parte é do recurso federal e outra parte é do recurso do Município.

O que estou preocupada é que colocamos aqui um aumento da receita incerta, que são de 156 milhões de Alienação Bens Ativos e 28 milhões de Operação de Crédito. O que significa isso, para popularizar: são os recursos que eles já estão pensando nessa venda da cidade de São Paulo e venda do nosso patrimônio público. Só que, claro, você tem uma caminhada, passou um projeto de lei, está vindo, para nós ainda não ficou claro como é que vai ser isso, aliás o projeto de lei ficou muito aberto, para sabermos o que, de fato, esse recurso vai voltar para o Tesouro da Cidade.

Então vamos diminuir 58 milhões do Tesouro Municipal, quer dizer recursos do Município, não dependo do Governo Federal para poder ter esse recurso, tá certo? É investimento de uma relação de um recurso que ainda está por vir, que é essa relação da desestatização. Então não é muito claro, ficamos incertos no sentido de que esse serviço, como esse recurso vai entrar, se ele já saiu do Orçamento Municipal.

Bom, mas isso, eu costumo dizer que nós, acredito que, se tiver um entendimento da Relatoria e dos Vereadores aqui, nós podemos estar pensando em organizar melhor isso.

Mas o que me deixa mais preocupada é que falamos assim: no PLO, está aqui, consta uma dotação e uma ampliação de Reformas e de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde, ok. Já está específico uma previsão de 113 milhões desse recurso de transferências federais, eu diminuo, mas eu também projeto lá na frente um outro recurso que entraria dentro do Orçamento.

Porém, gente, precisamos visualizar como é que está o recurso do Governo Federal. Além da relação de corte de 20 anos dos recursos para as pastas fins, serviços sociais, a Saúde não é diferente. A Saúde é até um pouco pior.

Então se formos olhar, lá no Orçamento, transferido para o Município, fixado pela Prefeitura e que está no Orçamento da União, o valor previsto é de 61 milhões. E para Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde, ok? Porém, se a situação hipotética em que todo recurso federal fosse aplicado somente na cidade de São Paulo, Vereador Ricardo Nunes, ainda teríamos insuficiente o valor de 52,6 milhões. Entendeu meu cálculo?

Então um município pensa que vai retornar para a Cidade 113 milhões, só que o orçamento da União é só 61,4 milhões. Não vai ser para a cidade de São Paulo. Esse recurso que está previsto é para todo o Brasil. Por mais que tenham relações políticas, de partidos, isso não significa que só vai centralizar na cidade de São Paulo.

Então, precisamos visualizar a relação da Saúde e que a Receita está crescendo. Fizemos um investimento...o Município está recebendo, em comparação ao orçamento do ano passado, 4,2% a mais de recurso dentro do Tesouro Municipal. Esse recurso não está sendo investido na Saúde, na Educação. Isso é fato e os números não mentem. Os números, às vezes, podem enganar, não é Vereador Souza Santos? Mas não mentem na hora em que colocamos no que entra e no que sai e o que está sendo investido.

O orçamento é fantástico porque visualiza especificamente como a gestão está pensando principalmente nas políticas que a sociedade e a população da Cidade mais precisa e a saúde é a primeira delas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado, Vereador Juliana.

Tem a palavra o nobre Vereador Souza Santos.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Sr. Presidente, eu havia esquecido e alguém falou a respeito do serviço funerário e foi bem colocado porque a gente tem na cidade de São Paulo 22 cemitérios públicos e um atendimento ruim. O atendimento não é bom e há anos e anos o serviço vem se precarizando dadas às questões que foram colocadas pelo senhor. Você perde orçamento, perde pessoal todo ano por causa de aposentadoria e etc.

No orçamento do ano passado, o Vereador Relator Atílio Francisco fez no relatório o orçamento de 179 milhões de reais e, agora, Vereador Ricardo, V.Exa. tem essa incumbência de corrigir essa questão porque o Prefeito manda a Casa um orçamento caindo de 179 para 159 milhões. É muito ruim isso porque temos hoje na Cidade mais de 300 pessoas que morrem. É tão importante quanto a questão da saúde porque um dia todo mundo vai precisar do serviço funerário. É uma autarquia e tem recurso próprio, tem receita própria. Então, cortar assim...

O Prefeito já cortou outro dia 30%. É importante que se faça essa tosa para fazer os ajustes. Temos orçamento muito bom. A Secretária colocou ainda há pouco o orçamento da Cidade. As dificuldades que temos é questão de gestão, é complexo. O orçamento e a aplicação das receitas nada mais são do que a manipulação de números.

Quem sabe muito de economia é a dona de casa. Vai chegando a hora de fazer compras e economiza ali, economiza aqui. Então, o Prefeito vem com essa vontade de fazer alguns ajustes dentro dos números que ai estão colocados.

Queria pedir ao Vereador Ricardo que veja também a questão do serviço funerário que é importantíssimo, senão estaremos sufocados para o ano que vem ou teremos algo catastrófico.

Muito obrigado.



**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sr. Presidente, eu só esqueci de um item. Também queria que fosse falado e pensado por que está tendo uma valorização contratos de terceirização, e ouçam funcionários públicos, a redução de 100 milhões de despesa pessoal na rede direta, que rede direta o que é? É o que está na Prefeitura, é aquele serviço público, como, por exemplo, as autarquias. É uma aberração o que está acontecendo aqui dentro desse corte do orçamento das autarquias, que são o quê? São os nossos hospitais municipais. É aquilo que eu acho que foi o senhor que falou, é o Tatuapé, é o Planalto, são todos esses hospitais que dependem do recurso público para poder sobreviver.

Eram só esses dois itens que eu queria acrescentar. Obrigado.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma ponderação muito rápida sobre o Serviço Funerário, até porque se trata de uma nova gestão e a gente veio quatro anos falando, inclusive o senhor comigo, com o Vereador Arselino, com o Vereador Goulart, com relação ao Serviço Funerário, só para o Vereador Souza Santos entender. O Serviço Funerário não tem recursos do Tesouro, o recurso do Serviço Funerário é 100% com recursos próprios.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Isso, receita própria.

**O SR. RICARDO NUNES** – E aí a gente veio, durante o decorrer dos quatro últimos anos, aportando recursos para, aí é só essa introdução, Vereador Jair Tatto, para a gestão que está entrando agora, a gente identificou, por exemplo, que quem mora naquela região toda de Cidade Ademar, Pedreira, Santo Amaro, Capela do Socorro, Grajaú, Parelheiros, se ele tiver que usar o cemitério, ele tem que ir lá no Jardim São Luís, que é depois da represa, e foi identificado lá no Cemitério do Campo Grande que o investimento de um milhão e meio e mais três milhões, você faria onde tem as quadras terra, as quadras gerais, ou seja, terra, você tem só um caixão, nessa quadra geral você faria um investimento com um milhão e meio e aumentaria mil vagas de covas para você fazer aquelas gavetas de três. E fazer ali um sistema também de fazer crematório. Foi identificado, tem uma legislação, do ponto de chaminé do

crematório você tem que ter um raio de 200 metros de residência. Aí não foi possível, levou-se essa ideia para fazer lá no Cemitério São Luís. Então quem mora em toda essa região que eu acabei de falar aqui, não consegue enterrar os seus entes ali no Cemitério do Campo Grande por conta desse déficit e aí foi fazendo ao decorrer do processo esse aporte de recursos do Tesouro, tendo em vista essa necessidade. Foi uma iniciativa do Vereador Jair Tatto, do Vereador Arselino Tatto, do Vereador Goulart, que estava aqui, depois a gente teve a colaboração dos Vereadores Reis e Alfredinho, que foi uma decisão aqui da Casa que, infelizmente, não deu certo. Então, por isso que houve esse aumento de receita. O Vereador Bispo Atílio que relatou de 16 para 17, também compreendeu isso, foi colocado e houve essa questão toda e talvez fosse hora da gente discutir de novo, havendo a compreensão do Executivo, Vereador Souza Santos, da importância disso. Não tem lógica quem mora na Pedreira enterrar alguém lá no São Luís, ou quem mora em Parelheiros enterrar no São Luís. É só essa observação para colocar por conta dessas alterações que houve os cortes. Se a gente observar, manteve-se aqui exatamente aquilo que arrecada, vendeu flor, tanto, transporte, tanto, só balizou a operação do dia a dia sem considerar essa questão.

Era essa a observação. Lógico que o Executivo vai poder detalhar melhor qual é a sua ideia com relação ao Serviço Funerário.

**A SRA. MARCIA MENDES** – Nobre Vereador, eu gostaria de complementar a informação do nobre Vereador Souza Santos, o Serviço Funerário, assim como disse o Vereador Ricardo, é um serviço autônomo, portanto, não recebe repasses, não recebe receitas do Tesouro. E, além disso, ele é superavitário. E, aí, é mais uma questão que colocamos no bojo daquela nossa discussão, que vem por trás, que acaba, de uma certa forma, permeando todos os nossos desafios. Em termos de gestão pública, isso não é exclusividade dos Municípios. É a questão da logística.

Então, todos os desafios, principalmente na área funerária, temos de enfrentar e temos de enfrentar com um plano logístico. Logístico no sentido de conseguir dar vazão com eficiência, com atendimento, com bons serviços e, de certa forma, conseguir avaliar e ter como

instrumentos para avaliar onde é que, de fato, está a demanda. Onde estão as demandas, os gargalos, os problemas, etc. e tal.

Agradeço e acolho a sugestão do nobre Vereador Ricardo, no sentido de que o Governo dialogue, que nós dialoguemos, porque, realmente, é uma questão crucial e isso é quase um impasse.

E, só para deixar registrado, o Tesouro não repassa dinheiro. Eles têm receita própria e geraram superávit.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Daniel.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Só dando uma resposta à Vereadora Juliana Cardoso, que chegou há pouco. Eu há havia dado essa resposta, Vereadora, mas eu faço questão de lhe prover com a informação que eu trouxe, aqui, para os demais presentes.

Há um problema de cálculo. Quando você compara o número 2017 com o número 2018, realmente a impressão que dá é que houve uma redução. Mas se olharmos para o número e percebermos que o número que está expresso em 2017 e que, portanto, foi planejado em 2016, não se realizou... aquele orçado não é realizado, não é executado. Aquilo é orçado.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Não, tudo bem. Mas há uma diferença entre orçado e executado.

Então, assim, se você considerar essa diferença, não haverá redução. Eu expliquei exaustivamente isso hoje, ao longo da sessão, mas eu fiz questão de trazer para a senhora. Obviamente, podemos conversar mais sobre isso para tentar me explicar melhor, se for necessário.

Então, cumprindo com o que havia sido planejado, passaremos para a Tânia, agora, para falar sobre o hospital e, depois, para a Márcia Mendes, para falar sobre o serviço funerário.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Relator Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu só me esqueci de uma coisinha, Daniel.

Quanto ao serviço funerário, aqui, temos as rubricas, que são basicamente 06. Quer dizer, é o que ele efetivamente vende e retorna para si, e tem algumas, aqui, da fonte 10,

com relação ao valor da desestatização.

Aqui, eu já faço uma observação ao Governo – e foi por isso que eu pedi a interferência -, que eu não concordo e, possivelmente, acho que a Comissão não deixará colocar, que são 100 mil reais da fonte 10 para o desenvolvimento de sistema de formação e comunicação. Por quê? Porque, em 2011, foram gastos 20 milhões de reais para se fazer o sistema, contratado com a empresa Oregon. Isso ficou sem funcionar um tempão. Em nossas audiências públicas, cobramos deles, aqui, porque ficou sem funcionar um tempão. E, aí, se colocou para funcionar, porque era onde estava, inclusive, um dos problemas de você, lá no pátio, no estacionamento, na garagem, passar na frente. Aquela mafiazinha, né. Que você passava na frente as pessoas do papa-defunto que ficava ali, porque você não tinha um sistema informatizado, aonde quem chegasse primeiro às agências funerárias, saíam os veículos, nessa ordem de chegada. Então, passava por fax. Ficou um tempão acontecendo isso. Parece-me, hoje, que isso já está resolvido.

Então, já foram gastos 20 milhões de reais, com a empresa Oregon, acho que em 2011 ou 2012. Não se justifica colocar 100 mil reais aqui, do Fundo de Desestatização.

Só para constar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Tânia Pedroso, Chefe de Gabinete da Autarquia Hospitalar Municipal.

**A SRA. TÂNIA PEDROSO** – Eu queria esclarecer o que foi colocado sobre os 66 milhões, do Governo Federal, para a reforma de quatro hospitais.

Esses recursos, nós os reativamos, e dois contratos já estão assinados e dois hospitais já estão com as obras iniciadas, que são os hospitais Valdomiro de Paula e Ermelino Matarazzo. E os outros dois, que são os hospitais Artur Saboia e o Hungria, estão em fase de licitação, porque houve necessidade de alteração dos projetos, de forma maior que nos dois anteriores.

Outro ponto, que também gostaria de esclarecer, se refere ao Hospital de Parelheiros. O Hospital de Parelheiros teve suas obras reiniciadas, no segundo semestre, de forma mais agressiva. Está previsto, em janeiro, colocarmos, de forma gradativa, algumas áreas em funcionamento. A ideia é de, em janeiro, começarmos o pronto-atendimento e, até março, entregarmos a totalidade. Depois, obviamente, teremos de equipá-lo, o que leva de 30 a 60 dias, no máximo, porque alguns equipamentos demoram mais para a entrega. Mas também está em equipamento.

O Hospital de Brasilândia está em andamento, suas obras foram retomadas. E é previsto, para o segundo semestre de 2018, também de forma gradativa, a sua utilização.

No Hospital Sorocabana, está sendo definido o tipo de utilização. Uma das alternativas é se colocar, nos primeiros andares, que necessitariam de reforma menor, porque são as salas que foram reformadas há cerca de dois anos e que estão desativadas, que são salas cirúrgicas. E o restante, de forma gradativa. Mas o hospital está passando por uma limpeza, a fim de se fazer um projeto. Também está sendo consultado o Conselho Gestor sobre qual seria a utilização.

No Hospital Alexandre Zaio, que foi outro mencionado, a reforma está sendo rediscutida com o Conselho. Nós já tivemos duas reuniões, porque a reforma prevista, no projeto contratado há alguns anos, prevê a demolição e a construção de um hospital com 11 andares. O que está se discutindo é a necessidade da demolição, se não poderíamos trabalhar com a estrutura já existente e irmos fazendo ampliações gradativas. Porque, se houver essa demolição, até a construção haverá um espaço em que não se poderá utilizar o hospital. Então, as reuniões estão sendo feitas. Há um grupo de Arquitetura, um pessoal da Edif, a Diretoria do Hospital, todo o corpo de Médicos, Enfermeiros e Assistenciais e também o Conselho Gestor, todos estão discutindo. Esperamos ter essa definição até o final do ano para iniciarmos, em 2018, as providências para a reforma ou a demolição.

Obrigada.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, só quero fazer uma pergunta à Dra. Tânia.

Estamos recebendo, aqui, um monte de *whatsapp*, para a realização de uma manifestação no dia 18/11, às 14h, sobre o Hospital de Parelheiros. Então, já podemos avisá-los para que não percam tempo com isso, porque em janeiro vamos iniciar...

**A SRA. TÂNIA PEDROSO** – Vamos iniciar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Então, eles que gastem energia com outra coisa, porque o Hospital de Parelheiros, em janeiro, vai começar a funcionar.

**A SRA. TÂNIA PEDROSO** – Esse, vai começar a funcionar, com certeza.

**P** – E, em março, é...

**R** – A totalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não há necessidade, então, da luta? Podemos acreditar, então, que está tudo resolvido? Não precisa?

**O SR. RICARDO NUNES** – Não. Pode haver a luta por outra coisa, porque o

Hospital já está resolvido.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Comunicamos os movimentos sociais...

**O SR. RICARDO NUNES** – É importante.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - ... de que não há a necessidade de se promover, de se manifestar, nobre Relator?

**O SR. RICARDO NUNES** – Não. Estou falando, aqui, que estamos tendo a informação, da Dra. Tânia, de que em janeiro começa a funcionar uma parte do Hospital de Parelheiros, e em março, total. E de que o trabalho importante dos movimentos sociais, com relação à Saúde, está respondido.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu passo a eles, então, que o nobre Relator colocou que não há a necessidade de se fazer a luta.

**O SR. RICARDO NUNES** – Pode falar. Há a necessidade de estarmos todos juntos, em janeiro, comemorando, felizes da vida e agradecendo a Deus por esse Hospital começar a funcionar. E se não funcionar, eu estarei com eles, lá na Prefeitura, reivindicando.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Márcia Mendes, do Serviço Funerário.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Com relação à autarquia, Dra. Tânia, a senhora deve ter se debruçado no Orçamento, e a senhora deve ter olhado a drástica redução que teve no orçamento da autarquia.

Então, no valor do montante, sabemos, como eu falei, houve uma grande redução, mas, aí, vamos fazendo os cortes e, agora, vamos para a redução do orçamento da autarquia. Para todos terem uma ideia, teremos um total de 102 milhões de redução do orçamento da autarquia. E como está colocada essa redução? Primeiro, 72 milhões de transferências federais. Segundo, 29 milhões de transferências estaduais. Quer dizer, o Estado também não cumprindo com a sua obrigação. E 200 mil do Tesouro municipal.

Então, a minha pergunta é: como que, com essa drástica redução, nós vamos conseguir, inclusive, cumprir isso que a senhora está dizendo aqui, das reformas dos hospitais, e RH, que é gritante. Sabemos, quando temos a relação do pronto-socorro, já não tendo o atendimento do AMA. “Ah, porque vão transformar em UPA”. Ok, mas dentro do Orçamento, as

UPAs ainda não foram mexidas, estão congeladas – até onde eu consigo enxergar.

Então, eu queria que a senhora me desse uma luz e, principalmente, para o nosso Ricardo, que é o Relator. Aqui é a hora de colocarmos as nossas dificuldades para podermos ter recurso no Orçamento.

**A SRA. TÂNIA PEDROSO** – Com referência aos recursos federais, realmente, e eu até já coloquei, que não foram considerados, como os 66 milhões... porque, na verdade, seriam só 53, porque já empenhamos 13 milhões neste ano, que é o início das obras, temos 8 milhões empenhados, e concluindo o processo licitatório, será empenhado o restante.

Então, realmente, faltam os recursos da transferência federal. O recurso do Município, do Tesouro, nós temos um pedido, que é um pouco maior, principalmente em função do Hospital de Parelheiros, que vai iniciar. Nós estamos discutindo, estamos solicitando para a Fazenda que seja repostado esse corte, porque é um Hospital que vai estar funcionando a partir de... nós esperamos completo, a partir do segundo semestre, porque nós temos no início, em janeiro, uma parte, a complementação a partir de abril até junho. Então aí, realmente, falta.

E R\$ 51.006.836 que são dos hospitais, que é a verba federal proveniente da Caixa Econômica Federal e Ministério da Saúde e uma parte para completar a parte de custeio do Hospital de Parelheiros.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Que não está no Orçamento.

Não está previsto. Foi cortado do pedido.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Ok. Obrigada.

Mas estamos discutindo...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Agora sim, Márcia.

**A SRA. MARCIA MENDES** – Vou começar respondendo ao Bambini – antes, boa tarde a todos. As contratações do Serviço Funerário é um ponto muito delicado para a gente, é motivo de preocupação sim.

Temos um quadro muito imerecido, 70% dos nossos servidores têm entre 50 e 70 anos. No último concurso em que houve chamamento foi há 17 anos, então há uma situação bem delicada. Muitos servidores de quadra, por exemplo, sofrem de problema de coluna, então eles estão afastados das suas funções originais. Tudo isso nós estamos olhando com cuidado

e com atenção.

No entanto, por que não está nesse orçamento? Como bem foi explicado aqui, somos uma autarquia que depende exclusivamente dos recursos próprios. Tudo o que a gente tem, hoje, para gerir, inclusive para fazer pagamento da nossa folha, é da Fonte 06, receita própria. A única coisa que a gente recebe esporadicamente de fora são as emendas que nem sempre vêm, ou às vezes não vêm em tempo hábil para poder usá-las.

Esse é um ponto importante, Bambini, a gente está considerando isso, mas está trabalhando para melhorar a receita. Há um ponto importante, no Serviço Funerário, que a gente só consegue melhorar a nossa receita com planejamento interno, porque dependemos de fatores externos que não estão no nosso controle, que são os óbitos, não tem como se trabalhar com isso – nem se quer, na verdade – mas essa é uma questão delicada e a gente só consegue então fazer uma melhora na nossa receita cuidando da casa internamente, fazendo um trabalho que vem sendo feito.

Temos identificado algumas torneiras e as fechamos. É um serviço muito complicado, porque com todas essas dificuldades, eu sempre falo, a gente tem que trabalhar ali todos os dias do ano, 24 horas, por dia, seja fazendo sol, chuva, com dinheiro ou sem. É um ponto delicado e a gente está estudando isso para o próximo ano, melhorando a receita. A ideia é que a gente possa discutir novamente.

Além disso, temos um momento de concessão dos cemitérios que está sendo discutido. Há um concurso aberto, não é para sepultador, é para GPP, também nos ajudaria bastante, porque embora seja autarquia, administração indireta, a gente teve de cortar 30% dos cargos comissionados. Temos sofrido com isso sim, mas entendemos o momento da concessão, é preciso aguardar um pouco.

Além das nossas receitas, de colocar a casa em ordem, a gente precisa aguardar para ver como é que vai caminhar esse assunto, porque também não faz sentido, não vou dizer inchar, porque estamos realmente precisando de funcionário, mas chamar muita gente agora



para depois ter de realocar. Saindo a concessão, depois disso podemos ver até se vamos realocar os nossos próprios funcionários.

Então em relação ao orçamento a diferença do orçamento passado para este, de fato, a gente também sofreu com o orçamento que foi superestimado. A diferença entre o estimado e o realizado ela é bastante considerável. Então a gente foi fazer, no decorrer do ano, para chegar à situação que está agora, mais condizente com a nossa realidade, porque dependemos só de nós, de receita própria, não tem como esperar alguma ajuda.

Qualquer problema externo que interfira na nossa receita, no nosso orçamento, só pode ser resolvido por nós, não contamos com ajuda da Prefeitura. Não porque não exista a vontade, mas, por lei, é proibido, só podemos trabalhar com os recursos que a gente gere na casa, que a gente produz, na casa.

Acho que é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Vou passar a palavra aos nobres Relatores. Eu quero anunciar que hoje à tarde teremos, a partir das 14 horas, o tema Mobilidade neste salão. No dia 6-11, na segunda-feira próxima, neste Salão Nobre, haverá a audiência pública temática envolvendo: Secretaria Municipal de Educação; a (ininteligível); a Secretaria de Esportes e Lazer e também o Fundo de Esportes, Lazer e Recreação. A audiência acontecerá das 10 às 14 horas. Das 15 às 18 horas teremos a 6ª audiência pública temática envolvendo: Secretaria de Serviços e Obras, Fundo Municipal de Iluminação Pública, Amlurb, Secretaria de Prefeituras Regionais, Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Fundo de Desenvolvimento Urbano, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor. Na quinta-feira, dia 9-11, haverá a 7ª audiência pública temática neste Salão Nobre, com os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Fundo de Assistência Social, Fumcad, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, Fundo Municipal do Idoso. No dia 11-11, sábado, das 10 às 13 horas, haverá a audiência pública Regional Norte-Noroeste, na

Prefeitura Regional da Freguesia do Ó. No dia 14-11, no Salão Nobre da Casa, das 10 às 17 horas, audiência pública temática com os órgãos: Secretaria da Fazenda, Empresa SPObras, SP Urbanismo, Secretaria de Habitação, Cohab, Fundo Municipal de Habitação, Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundo Municipal de Parques. No dia 17-11, 14ª audiência pública e a 2ª audiência geral.

Quero fazer rapidamente algumas observações. Quero fazer um desafio para melhorarmos a participação popular nas audiências públicas. Eu disse, na abertura, que foi publicado no *Diário Oficial* desde o dia 10 de outubro até o dia 19, todos os dias, o chamamento para as audiências públicas. Tivemos também a publicação, nos dias 17 e 18 deste mês, e estamos no dia 23. De fato, é um pouco apertado, mas temos ouvido reclamações sobre a falta de divulgação. A Presidência se comprometeu, na primeira audiência geral, aqui, que faria um esforço na divulgação e publicação. Repito que tivemos a presença, em duas audiências regionais, de 14 prefeitos regionais convidados. Um esteve presente. Hoje o Secretário da Saúde não pôde estar presente. Vamos ter o tema Mobilidade à tarde, e o Secretário também (ininteligível). Repito: sem demérito aos que aqui vieram e representaram os Secretários, mas acho que temos que fazer um esforço redobrado para que haja uma maior mobilização. Para isso, os representantes públicos têm que dar prioridade. Quando se trata de uma pasta que vai discutir o Orçamento daquele Secretário, eu não diria que há tema mais importante, nobre Relator, do que o Orçamento com o qual ele vai trabalhar no próximo período. Permita-me até comentar, pois está virando mania, o argumento “teve agenda com o Prefeito”. Então, o Prefeito está ficando muito em São Paulo, porque todos têm agenda com o Prefeito. Eu vou chamar de denúncia se assim continuar essa pegada e esse tratamento em relação ao Orçamento. Mas, antes, é um desafio meu. Nobres relatores, trata-se de desfeita com o Orçamento da cidade de São Paulo. Não é fácil fechar um calendário. O relator nos solicitou que até 17-11 terminássemos as audiências públicas por conta de que é um trabalho

enorme, maçante para organizar, para poder votar em primeira, bem no início de dezembro para que possam vir as emendas. Mas quero já dizer, nobre Relator, que já sinto prejudicado o trabalho. Se houver um apelo das regiões, das associações, das entidades, do funcionalismo sobre o fato de estar prejudicado o debate, vamos fazer um esforço aqui e fazer novamente algumas audiências públicas. Estou há 5 anos nesta Comissão e nunca vi tamanha desordem, desrespeito, desleixo ao se tratar com 56 bilhões de reais, que é o Orçamento da cidade de São Paulo.

Eu disse aos relatores que você traz um Orçamento em que tudo vem para baixo, só de equilibrá-lo você vai deixar muita gente feliz. Porque é um absurdo... Eu sou um pouquinho aquele comerciante também não bem sucedido que faz aquelas contas muito simples e didáticas, com caneta e caderneta: 6% a mais na Educação, 1% a mais na Saúde, um empate quase técnico na área da Assistência Social, e todas as outras caem significativamente. Se entra 1 bilhão do Plano de Desestatização, então que conta é essa?

Quero dizer o seguinte: se subestimaram os valores de repasses federais – que diziam ser científicos... Nas nossas gestões, a gente sofria. Digo isso como membro da Comissão. Era fácil distribuir o Orçamento, e o congelamento era algo mais fácil ainda. Vereador Atilio Francisco sofreu isso, porque fez um esforço enorme. A todas as áreas ele contemplou e houve áreas que foram contempladas em 100%. Então, não há desculpa de que há 1 real de congelamento para o próximo período.

O debate político... O Vereador Souza Santos foi embora? (Pausa) O Souza é um especialista em Orçamento, mas ele tinha que ouvir isso. Então, não há argumentos em relação às verbas federais. Diziam: “É fictício”; foi tirado. Se tem dinheiro de privatização... Foi dito que seriam 7 bilhões, depois recuaram para 5 bilhões. Colocaram 1 bilhão. Então, há a possibilidade de entrar muitos mais bilhões. É isso? Então, é preciso ser feito o seguinte: isso precisa ser gravado e registrado. Do jeito que ele foi organizado, de uma maneira responsável... Eu sei porque eu fui sub-relator das subprefeituras no Orçamento, na época, e

enfrentei esse debate. Não adianta trazer um Orçamento de 80 milhões para uma subprefeitura. Então, vamos trazer menor, vamos redistribuir com base no que o relator me autorizou, mas vamos executar de fato. Parece que é essa a proposta do Governo. Se for nesse aspecto, nessa linha, eu concordo. Mas se houver 1 real de correção para o ano de 2018, aí é uma grande mentira.

Acho que, no Orçamento, temos que pegar contas altas e simples. Porque, quando começamos a abrir muita conta... E, aí, a gente tem que chamar a atenção de quem vem aqui colaborar, os munícipes, as organizações sociais, porque na conta geral não tem desculpa. Tirando educação, o que aumentou, aumentou abaixo de uma inflação prevista para menos de 4%, e em todas as áreas, sem exceção, veio um valor diminuído, com crescimento só no IPTU de 21% de arrecadação. Repito: o munícipe de São Paulo está fazendo a parte dele, está pagando muito mais, e não vem uma correção de Planta Genérica de Valores, o que é uma atitude demagógica. Vocês sabem que alguns vizinhos de vocês tiveram diminuído o valor de seus imóveis, mas, em muitos casos, houve aumento, e não mandar uma correção da Planta Genérica de Valores...! Primeiro, mandaram um estudo que corrigia a Planta em 43%. Claro, fomos verificar o que acontecia. E não mandar, e mandar somente pela correção da inflação, porque o projeto obriga, isso é uma atitude demagógica.

Houve uma gestão anterior, e vamos fazer essa defesa aqui, que teve mil problemas, mas deu essa capacidade, esse fôlego de arrecadação que hoje se faz para qualquer governo futuro. Esse debate, tivemos coragem de enfrentar. O Iprem é um problema que o Vereador Ricardo Nunes conhece muito bem, como a todo o Orçamento da cidade de São Paulo. Nós temos que ter coragem de mandar uma proposta de Orçamento. O Governo recuou. Não vai negar: o governo passado tentou também, mas não avançou. Eu defendia que tinha que encarar esse debate, porque neste ano é um aporte de 600 e tantos milhões. (Pausa) Há 4.6 bilhões de deficit, só que tem que colocar mais. Como faz? Transporte, creio, são mais 500 milhões; tem que colocar, claro. O Iprem, a mesma coisa. Então, precisamos fazer esse

debate.

Coloco sempre essas questões para que a gente, ao querer esmiuçar muito um orçamento, esquece-se de que há coisas elementares, que são fáceis de interpretar. Confio muito no trabalho do relator Vereador Ricardo Nunes. Isso vai impactar no Plano Plurianual, que o Vereador Atílio Francisco está relatando. Evidentemente, uma coisa relaciona-se com a outra. Então, chamo a atenção para um esforço de participação nas audiências públicas. Claro que têm sido excelentes as representações das associações, entidades, munícipes; mas vamos falar de quantidade de pessoas, mesmo, porque quantidade é participação popular. Qualidade temos tido de sobra, mas não em termos de uma maior representação da sociedade, em números, em relação a entidades que não conseguiram estar presentes pois não conseguiram ser avisadas a tempo. Então, faço esse pequeno desabafo e passo ao Vereador Atílio Francisco, relator do Plano Plurianual. E, para encerrar, ao Vereador Ricardo Nunes, Relator geral do Orçamento. (Pausa)

- Manifestações no recinto.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – Nós temos uma lista de prioridades para a construção de unidades de pronto atendimento e outros equipamentos de saúde. Para o primeiro semestre de 2018, essa unidade não está nessa lista, tá? Mas o que nós podemos fazer é analisar a demanda da região, tentar entender a razão pela qual a senhora está trazendo esse assunto e aí lhe dar uma resposta um pouco mais qualificada.

- Manifestações no recinto.

**O SR. DANIEL SIMÕES DE CARVALHO COSTA** – O.k.. Obrigado.

**O SR. ATÍLIO FRANCISCO** – Sr. Presidente e todos os presentes, boa tarde. V.Exa., na vossa fala, verdadeiramente, já traçou a diretriz, pois o Plano Plurianual depende muito do que vai ser apresentado no relatório do Orçamento deste ano. Claro que, no Plano de Metas, é necessário que se avalie bem, principalmente no que tange a propostas e àquilo que foi planejado pelo atual Governo para os quatro anos que estão aí.

A minha preocupação, dando uma pincelada no Plano, é que ainda as pessoas, principalmente os governos, não estão atentos a uma mudança muito clara e objetiva que nós teremos nos próximos anos; a cada ano, multiplica-se o número de idosos nas cidades, e vemos muito pouco investimento nessa área, planos de investimentos para a terceira idade. Isso é importante, e vou fazer o possível para deixar alguma coisa caracterizada para os próximos anos no Plano Plurianual, para que haja de fato, de verdade, um compromisso do Governo para investimentos nessa área, porque isso é de fundamental importância, pois em pouco menos de dez a 20 anos metade da população brasileira será de idosos. Daí a importância de as políticas públicas serem efetuadas e planejadas, porque esse futuro será de fundamental importância para a pessoa de terceira idade.

Mais uma vez, quero deixar um espaço aberto no meu gabinete às pessoas que têm ideias e propostas que possam agregar ao Plano Plurianual. Vamos avaliar essas propostas em consonância com a peça orçamentária deste ano e planejar o futuro da nossa cidade juntos.

Um abraço a todos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Atílio.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes, Relator.

**O SR. RICARDO NUNES** – Eu tinha bastante coisa para falar, porque a área da saúde é sempre mais complexa, mas eu fiquei muito satisfeito com a ideia do Daniel e da Júlia de fazermos juntos com a Dra. Tânia um grupo de trabalho, uma reunião de trabalho para podermos acertar algumas coisas.

Uma observação só antes de eu concluir: precisaríamos tentar, na Fonte 25, no código da atividade 20.25, detalhar por região. São 2,7 bi, e isso é superimportante.

Com relação à Fonte 10, uma dependência bastante grande. Há várias e várias ações da Fonte 10; ou seja, precisamos muito acelerar esse processo de votação de autorização desses recursos nesta Casa. Estão na Fonte 10, por exemplo, “Ampliação,

Reforma e Requalificação de Centro Psicossocial”, com 3.5 milhões “Ampliação e Reforma de CER; “Requalificação de Hospital; “Construção de UBS”, com 10,6 milhões; “Requalificação de Unidade de UBS”.. Ou seja, muitas e muitas atividades na Fonte 10. Por isso, precisamos realmente nos preocupar com esses assuntos e focar neles. Caso contrário, todos esses projetos colocados na Fonte 10 colocados para o ano que vem vão estar frustrados.

Eu tinha bastante coisa para comentar, Presidente, mas vou deixar para falar na reunião de trabalho. Evidentemente, se ela não for frutífera, conversarei com V.Exa. a fim de chamarmos outra audiência pública sobre a área da saúde para discutirmos todos os trabalhos.

Por fim, ressalto que é fundamental a Comissão de Finanças estar junto conosco e parabeno V.Exa., Presidente Jair Tatto, por estar conduzindo os trabalhos de forma exemplar.

Para resumir essa reunião de trabalho: em tendo resultado, daremos por encerrada a audiência pública; se não der, convocaremos outra reunião.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Agradeço a todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da saúde.

